

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL**

**AGLOMERAÇÕES PRODUTIVAS COMO ALTERNATIVA DE
DESENVOLVIMENTO DO AMAZONAS: UM ESTUDO SOBRE CONDOMÍNIOS DE
MÉDIAS E PEQUENAS EMPRESAS**

MANOEL ALENCAR DE QUEIROZ

**MANAUS
2012**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL

MANOEL ALENCAR DE QUEIROZ

AGLOMERAÇÕES PRODUTIVAS COMO ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO
DO AMAZONAS: UM ESTUDO SOBRE CONDOMÍNIOS DE MÉDIAS E
PEQUENAS EMPRESAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – PRODERE, como requisito final para obtenção do título de Mestre, área de concentração: Economia Industrial e Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Professora Dr^a. Antonieta do Lago Vieira

MANAUS
2012

Ficha Catalográfica
(Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

Q3a Queiroz, Manoel Alencar de
Aglomerações produtivas como alternativa de desenvolvimento do Amazonas: um estudo sobre condomínios de médias e pequenas empresas/Manoel Alencar de Queiroz.– Manaus, AM : UFAM, 2012.
81f.: il. color. ;
Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Amazonas, 2012.
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Antonieta do Lago Vieira
1. Pequenas e Médias Empresas- Estudo 2. Desenvolvimento Regional- Distrito Industrial- Condomínios 3.Economia-Aglomerações Produtivas I. Vieira, Antonieta do Lago (Orient.) II. Universidade Federal do Amazonas III. Título
CDU (1997) 658.11(811.3)(043.3)

MANOEL ALENCAR DE QUEIROZ

AGLOMERAÇÕES PRODUTIVAS COMO ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO
DO AMAZONAS: UM ESTUDO SOBRE CONDOMÍNIOS DE MÉDIAS E
PEQUENAS EMPRESAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – PRODERE, como requisito final para obtenção do título de Mestre, área de concentração: Economia Industrial e Desenvolvimento Regional.

COMISSÃO EXAMINADORA

Professora Dra. Antonieta do Lago Vieira (ORIENTADORA)
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Professor Dr. Sylvio Puga
Universidade Federal do Amazonas – UFAM (1º EXAMINADOR)

Professor Dr. Katsuhito Takita
Universidade Federal do Amazonas – UFAM (2º EXAMINADOR)

Aprovado em: 23 / 03 / 2012.

Dedico esta obra a quem sempre esteve presente
no decorrer da trajetória da minha vida:

Ao autor e consumidor da nossa fé, Deus;

Aos meus pais Antônio Queiroz e Valdiza Alencar;

*Aos meus irmãos (Neto, Edmar, Raimundo,
Antônia, Maria, Lídia, Márcia, Janice e Ruth);*

Aos meus familiares que são muitos;

*À minha digníssima esposa Adriene Simas Thomé
e às minhas duas filhas Emmily Vitória e Vívian
Manuely.*

A TODOS UM BEIJO NO CORAÇÃO !!!

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar é claro, a Deus pela oportunidade de ter cursado e concluído um curso de Mestrado.

Aos meus irmãos em Cristo Jesus da Igreja Evangélica Assembléia de Deus.

À minha orientadora Antonieta Vieira do Lago pela ajuda profissional e estratégica para a conclusão da minha Dissertação de Mestrado.

À UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS por proporcionar cursos de Pós-graduação.

À FAPEAM por colaborar financeiramente através das bolsas de Mestrado e Doutorado.

A todos os professores que fizeram parte dessa realização, sendo eles: Andréia Brasil Santos; Antonieta do Lago Vieira; José Alberto da Costa Machado; Luiz Roberto Coelho Nascimento; Max Fortunato Cohen; Mauro Thury de Vieira Sá; Pery Teixeira; Ricardo José Batista Nogueira; Roberval Monteiro Bezerra de Lima; Sylvio Mário Puga Ferreira.

Aos meus amigos de curso pelo companheirismo, a todos um forte abraço.

A todos da Secretaria Estadual de Administração e Economia – SEPLAN; Em especial aos Funcionários Hércules Freire; Judith Sanches; Maria Correa; Cristina Laborda e Sílvia Braga, a esses um muito obrigado pela força e amizade.

E enfim, quero expressar a imensa gratidão e satisfação em citar um economista que além de ter sido um amigo de trabalho, teve o papel de um pai, pois me orientou e incentivou-me a trilhar o caminho do conhecimento científico, dando-me toda a ajuda necessária para que pudesse caminhar com as próprias pernas, a ele minha consideração, ao Sr. EDMAR LOPES MAGALHÃES.

“O temor do SENHOR é o princípio da sabedoria; bom entendimento têm todos os que cumprem os seus mandamentos; o seu louvor permanece para sempre”.

(Salmos 111: 10)

LISTA DE ABREVIações

AFLORAM	Agencia de Florestas e Negócios Sustentáveis do Amazonas
APL's	Arranjos Produtivos Locais
CETAM	Centro de Educação Tecnológica do Amazonas
CIAMA	Companhia de Infraestrutura do Amazonas
DIMPE	Distrito de Micro e Pequenas Empresas
EUA	Estados Unidos da América
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MPE's	Micro e Pequenas Empresas
PIM	Pólo Industrial de Manaus
SDS	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECT	Secretaria de Ciência e Tecnologia
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SEPLAN	Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Compras Governamentais: Cenário atual e perspectivas	36
Figura 2 - Participação das MPE`s na Economia Nacional	37
Figura 3 – Distrito Industrial de MPE´s	42
Figura 4 – Objetivos do DIMPE	48

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Produtos do segmento Madeira-móveis fabricados no DIMPE 58

Foto 2 – Produtos do segmento Fito-fármaco e Fito--cosméticos no DIMPE..... 68

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Faturamento do Pólo Madeireiro por Mercado.....	56
Gráfico 2 – Mão-de-obra empregada no Pólo Madeireiro	57

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Aspectos Gerais do Setor Madeireiro	54
Tabela 2 – Números de Indústria do Segmento Madeireiro no Amazonas	55
Tabela 3 – Indicações para os 100 Fitoterápicos mais prescritos na Alemanha	63
Tabela 4 – Evolução do Faturamento, Emprego e Faturamento total	64
Tabela 5 – Ordem de Importância dos Custos	65
Tabela 6 – Vantagens Competitivas nas Ordens de Citações	65
Tabela 7 - Quantidade de produtos oriundos da Região que estatisticamente são mais vendidos.....	67
Tabela 8 – Produtos, Serviços Potenciais definidos nos APL´S do Estado do Amazonas	71

RESUMO

A Região Amazônica, em especial o Estado do Amazonas, possui um aparato muito diversificado tocante aos recursos naturais necessários para a produção de diferentes produtos nos variados segmentos empresariais e nos distintos setores da economia, fazendo uso e proveito dos Arranjos Produtivos Locais que já foram estudados, mapeados, selecionados e beneficiados através das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regional. Nessa perspectiva, o presente estudo propôs-se investigar e pesquisar quais as vantagens para as pequenas e médias empresas de pelo menos três segmentos diferentes estarem aglomeradas em Distritos Industriais do tipo condomínio empresarial, uma vez que os Distritos Industriais de Pequenas e Médias Empresas aglomeram um conjunto de empresas de pequeno e médio porte num determinado espaço geográfico e as proporcionam com a ajuda do Governo ou iniciativa privada, aparatos tecnológicos para a produção, divulgação e comercialização de seus produtos acabados, dando-lhes excelentes padrões de competitividade a nível local, regional, nacional e até internacional. Tendo como objetivo geral: Mostrar as vantagens que as pequenas e médias empresas têm por se instalarem de forma aglomerativa em uma determinada territorialidade para que seja um vetor de desenvolvimento por meio das aglomerações produtivas interagindo por toda a sua cadeia. E objetivos específicos: Apresentar os principais segmentos produtivos instalados no DIMPE: O segmento de Madeira-móveis, o Fármaco, o Fitoterápico e o de cosméticos; Fazer uma análise dos Modelos de Condomínios Empresariais instalados no Brasil com o Modelo Italiano; E verificar se o modelo de aglomeração em condomínios empresariais é o mais adequado a realidade do Amazonas para aproveitamento dos arranjos produtivos locais. A presente Dissertação de Mestrado foi desenvolvida através de levantamento de informações bibliográficas, utilizando-se de fontes secundárias, como livros, análises de documentos, e visitas ao Distrito de MPE's e nas muitas Secretarias de Estado e Institutos de Pesquisas que fazem estudos sobre o tema em questão. Alcançando resultados positivos em relação à hipótese que foi proposta podendo confirmar a mesma através dos dados coletados e expostos no Capítulo IV desta Dissertação de Mestrado.

Palavras – chave: Desenvolvimento Regional; Condomínios Empresariais; Arranjos Produtivos Locais; Distritos Industriais de MPE's.

ABSTRACT

The Amazon region, especially the state of Amazonas has a very diversified apparatus regards the natural resources needed for the production of different products in different business segments and in different sectors of the economy, using and enjoying the local productive arrangements that have been studied , mapped, and selected beneficiaries through public policies for regional development. So, from this perspective, the present study was to investigate and research the advantages for small and medium enterprises from at least three different segments are clustered in industrial districts of the condo business, since the Industrial Districts of Small and Medium Business gather a set of small and medium size in a given geographical area and provide with the help of government or private enterprise, technological devices for the production, promotion and marketing of their finished products, giving them an excellent standard of competitiveness at the local level , regional, national and even international. With the general objective: Show the advantages that small and medium businesses have to settle on a territorial agglomeration in a particular order to be a vector of development through productive agglomerations interacting throughout their chain. And specific objectives: To present the main productive segments installed on DIMPE: The Wood-mobile segment, the Drug, the Herbal and cosmetics; Make an analysis of the Condominium Business Models installed in Brazil with the Italian model, and verify that the model agglomeration in business condominiums is the most suitable for the reality of the Amazon use of local productive arrangements. This Master Thesis was developed through a survey of bibliographic information, using secondary sources such as books, document reviews, and visits to the District of MPE'se the many State Departments and Research Institutes who study the theme. Achieving positive results in relation to the hypothesis that was proposed and can confirm the same through the data collected and exposed in Chapter XIV of this Dissertation.

Key - Words: Regional Development, Business Charges, Local Production, Industrial Districts of MPE´s.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
JUSTIFICATIVA	18
PROBLEMA	19
HIPÓTESE	19
OBJETIVO GERAL	20
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	20
CAPÍTULO I – REFERENCIAL TEÓRICO	21
1.1 Paralelos entre os conceitos de Cadeias Globais de Valor/Commodities e de Espaço Econômico Abstrato de Perroux	21
1.2 Políticas de Clusters à luz da Nova Geografia Econômica.....	23
1.3 Arranjos Produtivos Locais.....	25
CAPÍTULO II – MODELOS ALTERNATIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE UMA REGIÃO	28
2.1 Condomínios Empresariais como Estratégia de Competição.....	28
2.2 Distritos Industriais e Clusters: Formação de redes de pequenas e médias Empresas	30
2.3 A Lei que rege as MPE´s e a Contribuição das mesmas para a Economia do Brasil	33
2.3.1 Abertura e baixa de registro de MPE´s.....	35
2.3.2 Participação das MPE´s em Licitações Públicas.....	35
CAPÍTULO III – METODOLOGIA.....	38
CAPÍTULO IV – RESULTADOS E DISCUSSÕES	41
4.1 Apresentação do DIMPE	42
4.2 Vantagens que o DIMPE oferece para as empresas que se aglomeram Dentro de um modelo de Condomínio Empresarial.....	46
4.3 Apresentação dos Principais Segmentos Instalados no DIMPE	52
4.4 Mapeamento dos APL´s do Amazonas por Segmento Empresarial.....	69
4.5 Modelo de Aglomeração em Condomínios Empresariais e a Realidade Amazonense no Aproveitamento dos Arranjos Produtivos Locais	72
CONCLUSÃO.....	75
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	77
ANEXOS	80

INTRODUÇÃO

Os Distritos Industriais surgiram principalmente a partir de 1930 com a tentativa do governo britânico em solucionar problemas de depressão econômica e desemprego em determinadas áreas da Inglaterra do início do século XX (Oliveira, 1976). Daí então, outros países tomaram como exemplo de sucesso o ocorrido na Inglaterra para a aderência a um modelo que viria a ser no século XXI um dos principais modelos de Desenvolvimento Regional que faz uso de políticas públicas no incremento das ações voltadas a desenvolver economicamente uma região qualquer.

Esse relativo sucesso obteve destaque nos países como, EUA, Canadá, Nordeste da Itália, Baden-Württemberg (Alemanha), e outros.

Tais Distritos Industriais têm sido de investigações científicas, tanto pela importância que estes têm adquirido na descentralização de indústrias concentradas em grandes cidades, como no estímulo à industrialização de áreas e geração de emprego e renda, sendo apontado por Joyal (2004) como uma importante estratégia no desenvolvimento econômico local.

O conceito de Distrito Industrial nos remete inicialmente aos estudos desenvolvidos por Alfred Marshall a partir de 1890, relativo à localização das empresas e a formação de fatores positivos para o desenvolvimento econômico.

Este autor também considera que a existência de vários tipos de indústrias, proporciona uma capacidade muito maior para as economias locais em absorver certas dificuldades: “Uma região que possua exclusivamente uma única indústria, caso diminua a procura dos produtos dessa indústria, ou caso haja uma interrupção no fornecimento da matéria-prima, fica exposta a uma grave crise”. Estas

idéias apontadas por Marshall constituem uma contribuição significativa para o entendimento do sucesso econômico dos Distritos Industriais, bem como de sua implementação por diversos atores sociais.

No Amazonas, há décadas presenciamos apenas um modelo de aglomeração industrial, chamado de PIM – POLO INDUSTRIAL DE MANAUS, com a finalidade de atrair empresas multinacionais ou transnacionais para se instalarem no Estado, garantindo a elas variados incentivos fiscais, em troca de geração de emprego e renda para região, sendo um tipo de Cluster, uma vez que lida com um setor industrial mais abrangente, como é o caso do Eletroeletrônico.

Por isso que o Estado não conseguiu concretizar um modelo de desenvolvimento que garanta que a maior parte dos lucros de produção e vendas de seus produtos fique dentro do Estado para desenvolvimento e alavancamento do mesmo, ou seja, o que se vê é sempre uma política verticalizada em relação à implantação de empresas com seus variados segmentos industriais.

Mas, em 2008 o Governo do Estado com parcerias das principais instituições de pesquisa e Agências de fomento conseguiram inaugurar o I Distrito Industrial de Micro e Pequenas Empresas – DIMPE, com o objetivo de ajudar a alavancar ainda mais os considerados três principais segmentos empresariais do Amazonas, o Madeira-móveis, O Fitoterápicos, e o Fármaco, ou seja, aproveitando as empresas que já atuavam nestes segmentos antes do Distrito ser inaugurado para proporcioná-las um ambiente de aglomeração industrial, fornecendo as mesmas condições tecnológicas e estruturais para melhor desenvolverem seus produtos de modo que os mesmos pudessem ter um excelente nível de competitividade. E, claro, deixando uma tendência aos muitos Arranjos Produtivos Locais existem nos variados municípios do Amazonas.

JUSTIFICATIVA

É sabido que a partir dos anos 80 e, especialmente, ao longo da década de 90, praticamente todas as avaliações das políticas tradicionais de desenvolvimento regional revelaram que os mecanismos baseados em controles locacionais e em incentivos fiscais e financeiros indiscriminados havia se tornados ineficazes para gerar uma base permanente e sustentável de crescimento nas regiões menos desenvolvidas. Era necessário encontrar novas concepções, novos mecanismos e novas estratégias de intervenção pública para enfrentar os desafios do desenvolvimento regional.

Então, logo se percebeu a importância e necessidade de uma urgente reestruturação da economia, ou seja, que o Estado desenvolvesse o seu papel regulador de políticas desenvolvimentistas. Diversos estudos têm mostrado, de modo especial, que a globalização e a introdução de novos paradigmas tecnológicos estão trazendo profundos impactos territoriais.

Ao invés da concentração industrial em alguns locais (fase fordista do sistema de produção verticalizada), uma grande e crescente parcela da produção fabril e de serviços vem se instalando em vários locais e em grande número de firmas, muitas das quais de portes menores, que produzem bens e serviços diferenciados para serem vendidos em múltiplos mercados - locais regionais e internacionais.

A escolha do tema se deu a partir de minha inserção como estagiário de Ciências Econômicas no Departamento de Micro e Pequenas Empresas da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas – SEPLAN, e de poder ter participado de pesquisas sobre a viabilidade de

implantação de Distritos Industriais de MPE's, na qual pude conhecer melhor sobre o assunto e a importância do mesmo.

A pesquisa contribuirá para os debates constantes, pois trará a exposição de informações e dados que possibilitarão à iniciativa pública e a privada, conhecerem melhor a importância dos arranjos produtivos locais, em especial os Distritos Industriais de Micro e Pequenas Empresas, que são excelentes modelos de APL's (Arranjos Produtivos Locais), pois uma vez implantados, servem para alavancar ainda mais a economia desenvolvimentista de qualquer Região, Estado ou Município. Portanto, uma excelente idéia para nossa região, já que possuímos uma diversidade gigantesca de recursos naturais.

PROBLEMA

Portanto, tendo como base essas prerrogativas, o problema está em pesquisar, quais são as vantagens para as pequenas e médias empresas de pelo menos três segmentos diferentes estarem aglomeradas em Distritos Industriais do tipo condomínio empresarial?

HIPÓTESE

Os Distritos Industriais de Pequenas e Médias Empresas aglomeram um conjunto de empresas de pequeno e médio porte num determinado espaço geográfico e as proporcionam, com a ajuda do Governo ou iniciativa privada, aparatos tecnológicos para a produção, divulgação e comercialização de seus

produtos acabados, dando-lhes excelentes padrões de competitividade a nível local, regional, nacional e até internacional.

OBJETIVOS

Geral

Mostrar as vantagens que as pequenas e médias empresas têm por se instalarem de forma aglomerativa em uma determinada territorialidade para que seja um vetor de desenvolvimento por meio das aglomerações produtivas interagindo por toda a sua cadeia.

Específicos

- Apresentar os principais segmentos produtivos instalados no DIMPE: O segmento de Madeira-móveis, o Fármaco, o Fitoterápico e o de cosméticos.
- Fazer o mapeamento dos APL's do Amazonas que já são beneficiados e quais segmentos os mesmos pertencem.
- Verificar se o modelo de aglomeração em condomínios empresariais é o mais adequado a realidade do Amazonas para aproveitamento dos arranjos produtivos locais.

CAPÍTULO I - REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo tem por intuito principal fundamentar teoricamente e fortalecer a luz das bibliografias sobre o tema, a elucidação das teorias que envolvem os condomínios empresariais de micro e pequenas empresas e os arranjos produtivos locais, não almejando esgotar as obras e publicações referentes ao assunto temático em questão.

1.1 Paralelo entre os conceitos de Cadeias Globais de Valor/ Commodities e de Espaço Econômico Abstrato de Perroux:

Segundo Lastres et al (1999), o conceito de cadeias globais de valor está relacionado a uma série de atividades consideradas importantes ou necessárias para trazer um produto ou serviço da origem de produção até o consumidor que fará uso do produto acabado. Sendo importante, também citar que Porter (1990) faz uso do mesmo conceito para dizer a respeito das diferentes etapas de valor agregado à logística, a transformação de materiais, ao empacotamento, a logística externa, ao marketing e aos serviços de pós-venda enfatizando para as atividades que vão além da transformação física.

Outro autor como Kaplinsky (2003) incrementa tal conceito para incluir a seqüência de ligações interempresas que vai desde a concepção do produto até o consumidor final. Mas alguém como Gereffi (1999) teve a preocupação de fazer sobressair o fato de que diferentes estágios da cadeia são localizados em diferentes países, além disso, as cadeias são geralmente geridas coordenadamente por empresas do tipo líderes. O mesmo autor traz um conceito central de “cadeia global de mercadoria” que é considerado por outros autores como um equívoco, por ter o

termo “mercadoria” (*commodity*) associado a produtos padronizados e não feitos em grandes quantidades, pois grande parte de suas pesquisas focaliza a fabricação e a comercialização de produtos diferenciados. Por isso, o conceito “cadeia global de valor” chama a atenção para o querer saber para onde e por quem o valor é agregado ao longo da cadeia. Então, Gereffi, (1999), argumentou que as cadeias podem ser organizadas de várias formas, por exemplo, na governança de “cadeias dirigidas pelo comprador” e na governança de “cadeias dirigidas pelo produtor”. Na primeira, os agentes-chave são os varejistas, os importadores e as empresas com marcas conhecidas, elas têm como principal característica o fato de não possuírem instalação para a produção, pelo fato de não serem fabricantes e de não possuírem fábricas, enquadrando-se como negociadores que desenham ou comercializam produtos. Já na segunda, as cadeias de mercadorias dirigidas por produtores tem a ver com as indústrias que possuem corporações transnacionais desempenhando uma função central no que diz respeito ao controle do sistema de produção (incluindo ligações a montante e a jusante). Normalmente, isso é característico das indústrias com intensivo capital e tecnologia. Exemplo disso são as indústrias de automóvel, computadores, aeronaves e máquinas elétricas.

Em relação ao espaço econômico abstrato de Perroux, Richardson (1975) caracteriza como sendo um campo abstrato de forças que tem o papel de conduzir para uma noção de um vetor de forças econômicas e, conseqüentemente, ao conceito de pólos de crescimento, pois Perroux (1967), contrapondo-se a abordagem de Von Thunen, Weber, Losh, Predhl, Palander e outros que procuravam explicar o modo de como as atividades econômicas se organizavam sobre o espaço geográfico, reagiu contra tal idéia, sentindo a mudança da geografia em um invólucro rígido e passivo que condiciona a evolução dinâmica das forças

econômicas, e que esta era apenas uma perspectiva parcial, limitada e perigosa. Em seu modo de ver, a geografia não se limita de maneira rígida às forças econômicas.

Na verdade Perroux (1967) sustentou que a concepção estática, rígida, trimensional de espaço havia conduzido às avaliações patológicas desnecessárias e às políticas nacionais psicopáticas na Europa. Para evitar tais conseqüências ele propôs a substituição deste conceito em três dimensões de espaços na economia, por um tipo de espaço abstrato e topológico. Então o autor constata que por esta tendência, o espaço seria o conjunto de diferentes relações que definem um objeto, uma vez que poderiam existir muitos sistemas de relações que definiria um objeto, pois segundo o autor, para qualquer objeto existem diferentes espaços topológicos. Para todo objeto existem muitos conjuntos de relações diferentes, muitos conjuntos de espaços diferentes. Portanto, o conceito de pólo de crescimento é derivativo da lógica que Perroux criou para o espaço abstrato que tinha o espaço econômico como campo de forças conducentes à noção de pólo e um vetor de forças econômicas.

1.2 Políticas de Clusters à luz da Nova Geografia Econômica

A Nova Geografia Econômica traz várias idéias de vários autores, inclusive de Fujita et al (2002) que afirma sobre o modelo centro-periferia de possuir dois conjuntos de regras que ajudaria a definir como os consumidores alocam a renda e como as firmas determinam o nível de produção e dos preços.

Além disso, alguns fatores econômicos tendem a captar as externalidades pecuniárias e os custos de transporte associados à Nova Geografia Econômica. Além do mais, existem evidências favoráveis para o papel das conexões de

mercado, dos custos de transporte, e das externalidades dinâmicas, atraídas pela diversidade industrial, sobre o crescimento do emprego (Venables (1996), e Fingleton (2003).

De acordo com (Maskell e Malmberg, 1999), em uma sociedade onde o conhecimento é fator predominante, o que tende a ocorrer é que vantagens consideradas estáticas ou ricardianas que tem como base os recursos naturais podem ter sua importância relativa desconsiderada, mas em contrapartida pode ter como destaque as vantagens construídas e criadas, cujo fundamento está na capacidade de diferenciação da geração de conhecimento e de algum tipo de inovação. Já em sociedade baseada em informações é mais complicado para as empresas ou grupos produtivos guardarem em seu poder a exclusividade dos conhecimentos técnicos, pois o tornar-se comum dos mesmos destroem as vantagens comparativas diferenciadas e preestabelecidas.

Com isso, Perez e Soete (1988) afirma que a tecnologia não poderia ser considerada uma mercadoria, porque a capacidade de desenvolvimento empresarial ou setorial torna-se central. Assim, a construção de vantagens comparativas, baseadas em permanente processo de inovação, só alcança sucesso quando os agentes se preparam para se aproveitar das janelas de oportunidades abertas com as mudanças tecnológicas. O sucesso depende da capacidade de superar as barreiras advindas da necessidade de cobrir uma gama de custos: investimento produtivo, aquisição do conhecimento tecnológico, obtenção de experiência, superação de desvantagens locais e erros.

Então, para analisar a perda de competição das microrregiões ou clusters, Gray e Dunning (2000) destacam quatro possibilidades de perda das economias externas, dentre elas estão: O surgimento de uma nova tecnologia revolucionária; a

incapacidade de se manterem benefícios líquidos decorrentes dos bens públicos; a criação de um novo clusters mais atrativo; e o surgimento de autoridades microrregionais mais competitivas.

Por isso, o processo de inovação consistente e sempre presente junto com briga pela competitividade criam as chamadas por Dosi (1984) de “janelas de oportunidades” também conhecidas como “janelas locacionais”. Como frisa Storper e Walker (1989), isso no sentido de que os agentes produtivos e sua vinculação territorial geram efeitos de diferenciação regional ou local do desenvolvimento, significando que a capacidade de atração de cada região ou localidade passa a depender, cada vez mais, do conjunto de elementos locais, naturais, econômicos, sociais, culturais e políticos, complementares ou sistêmicos.

1.3 Arranjos Produtivos Locais

Conforme esclarece Noronha (2008), a localização das aglomerações industriais em muitos países desenvolvidos e em desenvolvimento tornou-se um aspecto de fundamental importância para o desenvolvimento regional e o aumento da competitividade de pequenas e médias empresas, possibilitando às mesmas uma maior flexibilidade e capacidade inovativa.

Com isso, cresce a cada dia a discussão sobre a importância dos APLs como fator de desenvolvimento regional, no sentido de buscar melhores perspectivas de crescimento, aprimoramento técnico, geração de emprego e renda. A atuação institucional neste sentido tem sido muito importante na medida em que as empresas necessitam, cada vez mais, de políticas que levem em consideração aspectos como a inovação, interação, cooperação e aprendizagem, proporcionando,

assim, a inserção e o desenvolvimento dessas empresas no mercado competitivo. (CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. & SZAPIRO, 2000)

O alvo da análise na economia espacial territorializada em determinado local tem raízes na abordagem dos economistas clássicos (mais evidente no estudo da renda da terra de Ricardo), no notável trabalho de Von Thünen e Weber (abordagem do abastecimento de cidades por agricultores do seu entorno) e na escola neoclássica, com o magnífico trabalho de Marshall (economias externas geradas a partir dos distritos industriais), culminando no século passado com o ganho de notoriedade da geografia econômica, ciência regional e economia urbana (HADDAD, 2003).

Entretanto, o interesse mais detido sobre a economia em espaços geográficos (geografia econômica, economia regional e teoria do desenvolvimento) vem crescendo apenas nos últimos vinte anos. Nesse movimento, o espaço territorial deixou de ser visto apenas como um suporte para localização de fatores produtivos, numa ótica de desenvolvimento econômico exógeno, que buscava equilibrar economias de aglomeração (forças centrípetas) com as deseconomias de aglomeração (forças centrífugas), assumindo papel ativo na formação dos mecanismos de retorno crescente que explicam o desenvolvimento. (LASTRES, H. M. M. et al, 2002).

O que muda na nova abordagem das economias locais é que as análises saltam de um movimento mecanicista e estático para uma perspectiva mais qualitativa e dinâmica das mudanças tecnológicas, enfatizando-se o papel da competitividade sistêmica, cooperação, inovação, empreendedorismo, difusão de informação, cultura em pequenos negócios, flexibilidade, adaptabilidade e muitos outros fatores que interagem no ambiente local (BUARQUE, 1999).

Assim, um local pode ser considerado mais dinâmico do que outro para integrar processos coletivos formais e informais essenciais à produção de fluxo permanente de inovações, cuja evolução salta dos comportamentos maximizadores de equilíbrio para um processo natural de seleção em que são premiadas algumas decisões e outras são castigadas, dentro de um mecanismo evolucionário de condutas adaptativas (LEMOS, 2002).

CAPÍTULO II – MODELOS ALTERNATIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE UMA REGIÃO

Neste capítulo são expostos vários pontos de vistas sobre as alternativas das Regiões em fomentarem a idéia das Aglomerações industriais para Micro, Pequenas e Médias Empresas, contextualizando também o que a Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, também conhecida como a Lei Geral da MPE diz a respeito das Micro e Pequenas Empresas, tais como o seu papel para a economia brasileira, através de dados estatísticos fornecidos pelo IBGE e SEBRAE.

2.1 Condomínios Empresariais como Estratégia de Competição

As empresas podem formar alianças estratégicas que visem somar esforços em ações que necessitem de uma produção diferenciada e capacidade de inovar, visando, assim, sustentar sua viabilidade competitiva.

Para Galvão e Cocco (2004, p.13). “O Distrito Industrial é uma entidade socioterritorial caracterizada pela presença ativa de uma comunidade de pessoas e de uma população de empresas num determinado espaço geográfico e histórico”.

Na Itália, onde tudo começou, Putnam (1996), diz que o modelo italiano fundamenta-se em uma forma intermediária de organização de produtores, tendo como base a aliança informal e o apoio dos governos nas políticas de implantações dos Distritos Industriais de MPE's (Micro e Pequenas Empresas). A partir de então, vários estudos se sucederam sobre esse tema. Todos eles identificando mais e mais fatores para explicar o fenômeno ocorrido no sudeste italiano, que foi batizado por BAGNASCO (1999), de "Terceira Itália", como forma de indicar o desdobramento do

tradicional dualismo italiano entre o Norte desenvolvido (Primeira Itália) e o Sul atrasado (segunda Itália).

(COURLET, 1993), diz que a economia de aglomeração é a consequência de relações intensas entre as empresas locais, que ampliam a divisão do trabalho e que permitem uma especialização produtiva cada vez maior, utilizando-se da introdução de novas tecnologias e de uma maior eficácia do sistema local, no qual, diminui-se o custo unitário de produção e aumenta o nível da produção, possibilitando ampliar os mercados nacionais e até mesmo os internacionais.

O fenômeno do "desenvolvimento econômico local focado em distritos industriais", ocorrido na Itália, despertou particular interesse dos observadores internacionais e vários outros distritos foram identificados na Europa e em outros continentes, inclusive no Brasil (ALBAGLI et al., 2003).

Com efeito, o modelo dos distritos industriais tomou vulto extraordinário pelos pesquisadores desenvolvimentistas, colocando em dúvida a eficácia dos antigos modelos macroeconômicos de desenvolvimento para as sociedades ocidentais, principalmente para os países periféricos, muitos dos quais já começaram a mudar suas políticas públicas de desenvolvimento econômico, replicando o modelo dos distritos industriais italianos de acordo com as suas próprias particularidades.

Dessa forma, é reiterada a importância da implantação de Distritos Industriais, pois para (ALBAGLI; MACIEL, 2003), o desenvolvimento econômico regional pode ser impulsionado pela presença de aglomerações de empresas, principalmente quando compostas por MPE's.

Agglomerações de empresas menores começaram a ser percebidas na Europa, principalmente na Itália, nos anos 1970, e foram chamados de distritos

industriais (Piore e Sabel, 1984, *apud BENNET*, 1994), conforme a idéia prévia do economista Alfred Marshall (final do século XIX). Tais centros, de um único produto, despertaram a atenção de pesquisadores pela alta eficiência decorrente de uma flexibilidade especializada (STEINLE e SCHIELE, 2002).

A partir da década de 1980, nos Estados Unidos, iniciam-se estudos sobre o Vale do Silício, na Califórnia (Saxenian, 1991, *apud* Steinle e Schiele, 2002, p.850). Os estudos partiram de observações de empresas de pequeno e médio porte. Notou-se que as relações que se estabelecem entre as empresas, no âmbito de seus respectivos sistemas de valor, revelam uma particularidade, que é a dependência estratégica entre empresas congêneres, concentradas espacial e setorialmente.

Segundo Porter (1999), isso ocorre porque as relações entre as empresas agrupadas organizadamente, e dessas com os demais integrantes de seu sistema de valor, costumam trazer vantagens competitivas para todas elas, sendo que essas vantagens são muito mais expressivas do que as que seriam obtidas se cada empresa agisse isoladamente.

2.2 Distritos Industriais e Clusters: Formação de Redes de Pequenas e Médias Empresas

A maioria dos autores citados deixa claro que os clusters são agrupamentos majoritariamente de pequenas e médias empresas – embora já tenham sido apresentados clusters com empresas de maior porte.

Para Souza & Bacic (1998, *apud* Cândido e Abreu, 2000), um conjunto de problemas típicos das Pequenas e Médias Empresas - PME's inseridas em

mercados competitivos, como baixa produtividade e qualidade, deficiências de marketing, tendência à imitação entre os competidores, explica a razão pela qual a sobrevivência individual de cada empresa esteja permanentemente ameaçada.

A rede flexível de pequenas empresas, como o próprio nome insinua, contém empresas que se unem em um consórcio com objetivos comuns, podendo ser amplos ou mais restritos. Casarotto e Pires (1999, p.35) listam algumas possibilidades de abrangência de consórcios, como: formação de produto; valorização do produto; valorização da marca; desenvolvimento de produtos; comercialização; exportações; padrões de qualidade; obtenção de crédito.

O caso italiano, conhecido por modelo Emiliano (pelos clusters estarem situados na região italiana de Emilia-Romagna), refere-se a uma rede flexível de pequenas empresas, cuja organização produtiva por estágios, com algumas empresas atuando em poucos estágios complementares da cadeia total, pode ser considerada um consórcio de formação de produto. Nesse tipo de consórcio, várias empresas produzem partes de um produto, que depois terá sua comercialização, divulgação e assistência técnica feitas pelo mesmo consórcio.

O princípio básico é o de que clusters de empresas predominantemente pequenas podem gerar economia de escala e escopo, e ter maior flexibilidade pela especialização e cooperação entre elas (Humphrey, 1995).

Assim, empresas pequenas ganham força quando se reúnem. Por isso é que nos Distritos Industriais – DI's, prevalece o conceito de cooperação entre empresas, permeando todos os elos da cadeia produtiva – produtores, que se unem para garantir maior poder de compra, até empresas de diferentes proprietários, que dividem o trabalho entre si, fragmentando o processo produtivo; instituições de

apoio, como universidades e centros de pesquisa; centros responsáveis pela comercialização do produto final, inclusive para o exterior.

Quando Dei Ottati (1991) discute os três aspectos centrais dos DI's (tamanho da empresa, número de empresas e aglomeração em determinada área geográfica), defende que o primeiro pode ser entendido pelo número de empregados, valor dos bens e rendimento de cada empresa, considerado não muito alto, em geral. Mas esse aspecto abrange também o número de estágios da produção.

Dessa forma, a definição de tamanho significa uma tendência da empresa de se especializar em poucos estágios produtivos, ou, posto de outra forma, uma tendência de desintegração vertical.

Dull, Mohn e Noren (apud Toledo et al., 2002, p.92) estabelecem que o cluster constitui uma forma alternativa de organizar a cadeia de valor, por meio de redes de alianças e associações entre as empresas, de tal forma que aumente e facilite a flexibilidade para superar a rígida concorrência tradicional. Outro aspecto a ser salientado: nem toda indústria estará sujeita a um agrupamento de suas empresas.

Colocado de outra maneira, é possível avaliar a tendência de uma indústria em se agrupar mediante alguns aspectos, como possibilidade de divisão do processo produtivo, de tal modo que cada empresa seja responsável por alguns estágios produtivos, ou a transportabilidade do produto.

Steinle e Schiele (2002) afirmam que existem algumas condições para que apareça um cluster. Tais autores diferenciaram duas condições necessárias e outras três condições suficientes para tal, sendo que as "condições necessárias"(CN) referem-se à divisibilidade do processo produtivo e à

transportabilidade do produto, enquanto as demais, “condições suficientes”(CS) referem-se à coordenação flexível de vários atores distintos do sistema. Ou seja, para que se forme um cluster, o tipo de indústria é importante, à medida que influencia a organização do processo produtivo.

Para que se forme um cluster, então, continuam valendo as premissas de flexibilidade e descentralização, que Becattini (1991) apontou como características essenciais de um DI, ao contrário das redes topdown, onde uma grande empresa comanda subcontratada, conforme descrito anteriormente.

2.3 A Lei que rege as MPE's e a Contribuição das mesmas para a Economia do Brasil

Conforme o disposto no artigo 3º da Lei Geral considera-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário individual devidamente registrado na Junta Comercial do Estado ou no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I - Microempresas: aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 240.000,00;

II - Empresas de pequeno porte: aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 240.000,00 e igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00.

No caso de início de atividade no próprio ano - calendário, o limite previsto será

proporcional ao número de meses em que a microempresa ou a empresa de pequeno porte houver exercido atividade, inclusive as frações de meses.

Também existem algumas Pessoas Jurídicas que são excluídas da Lei Geral, a seguir:

- I - de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- II – que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- III – que seja filial ou sucursal de empresa estrangeira;
- IV – de cujo capital participe PF inscrita como empresário ou que seja sócia de outra empresa na Lei Geral, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite da EPP;
- V – cujo titular ou sócio participe com mais de 10% do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Geral, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de EPP;
- VI – cooperativas, salvo as de consumo;
- VII – resultante de cisão/desmembramento nos últimos 5 anos;
- VIII – sociedade por ações.

2.3.1 Abertura e baixa de registro de MPE's

Os órgãos e entidades envolvidos na abertura, alteração e baixa das MPEs, dos 3 âmbitos de governo (federal, estadual e municipal), deverão compatibilizar e integrar procedimentos que facilitem o cumprimento pelas pequenas empresas.

- Unicidade no processo;
- Evitar duplicidade de documentos;
- Informações básicas na internet;
- Alvará de Funcionamento Provisório;
- Dispensa de comprovação de regularidades dos sócios e PJ;
- Os órgãos terão o prazo de até 60 dias para efetivar a baixa nos cadastros das MPEs.

2.3.2 Participação das MPE's em Licitações Públicas

- a). Comprovação de regularidade fiscal das MPE's somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.
- b). Critério de empate nas licitações: Considera-se empate as propostas das MPE's até 10% superiores à proposta melhor classificada. Na modalidade de pregão, o intervalo é de até 5%;
- c) Contratações de MPE para compras de até R\$ 80 mil;
- d). Subcontratação de MPE's para fornecimento de até 30% do total do objeto licitado;

e). Cota de até 25% do objeto para a contratação de MPE's (bens e serviços divisíveis).

A figura a seguir mostra uma estimativa em percentuais da participação considerada excepcional das MPE's no tocante às compras governamentais realizadas pelas mesmas através de licitação oriunda e gerada por leis específicas.

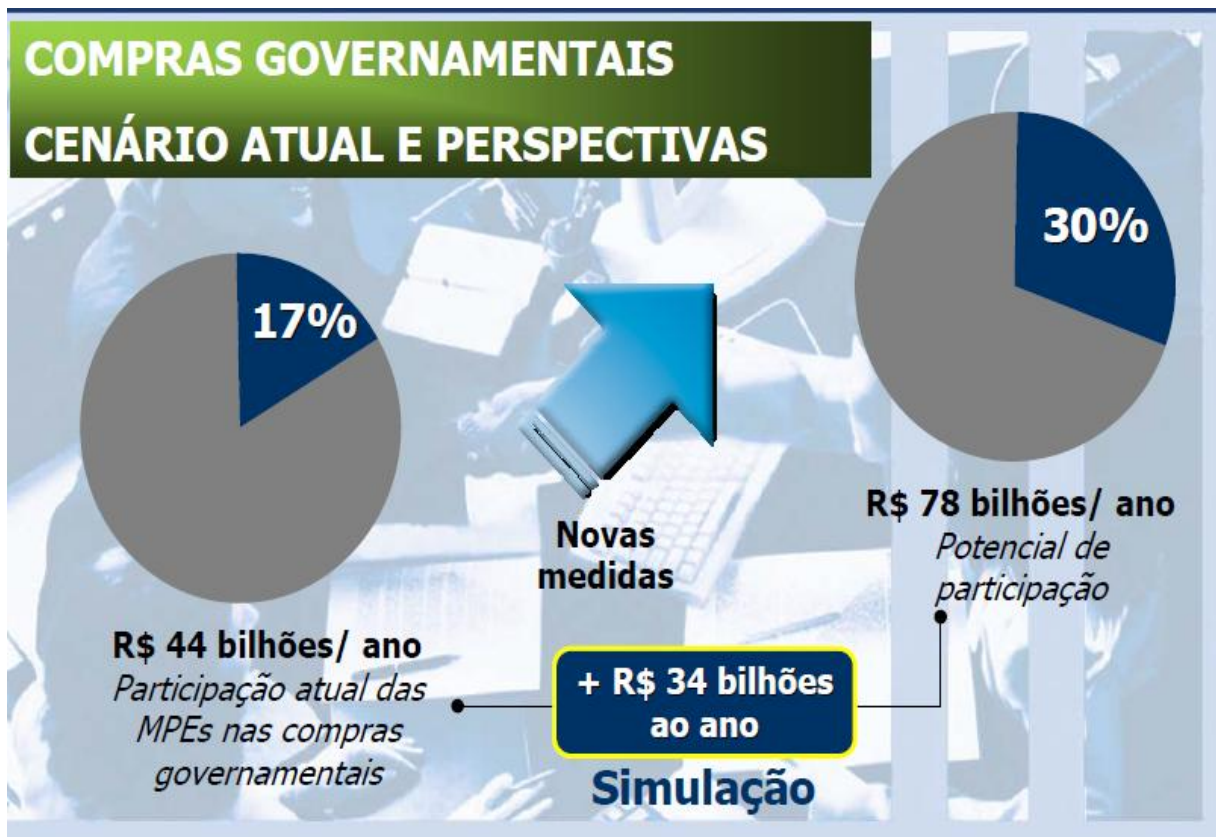


Figura 1 – Compras Governamentais: Cenário atual e perspectivas
Fonte: Adaptado da pesquisa SEBRAE/SP (2009).

Também é notória a participação das MPE`s na economia nacional, como mostra a figura 2, sobre um estudo realizado pelo SEBRAE/SP a respeito da geração de empregos formais das pequenas empresas por setores como o de comércio, indústria e serviços, tal qual às exportações que com seus 2,7% mostra-se bastante promissora a elevar-se a um patamar de destaque já que a participação no PIB nacional somam seus 20%.

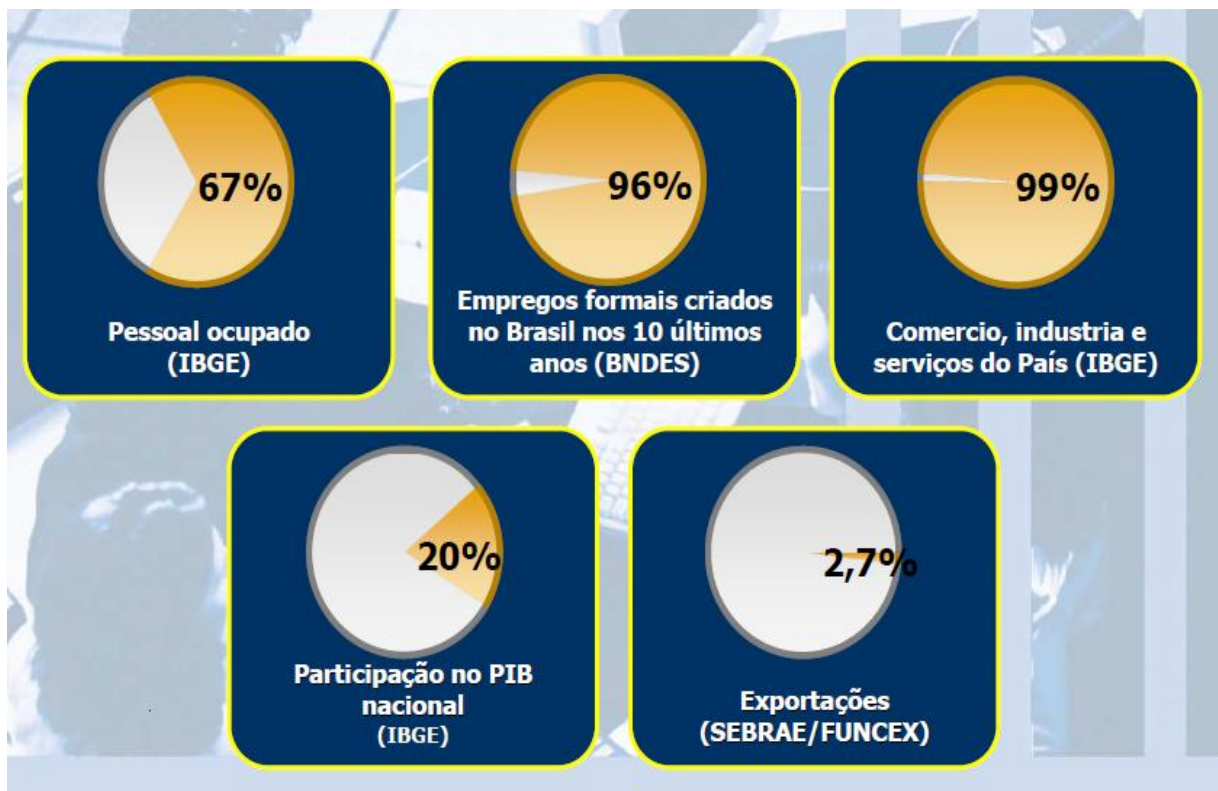


Figura 2 – Participação das MPE`s na Economia Nacional
Fonte: Adaptado da pesquisa SEBRAE/SP (2009).

CAPÍTULO III - METODOLOGIA

Este capítulo tem por intuito de esclarecer como a pesquisa foi desenvolvida e quais os aparatos técnicos e científicos foram utilizados para a comprovação da hipótese e fundamentação do problema proposto juntamente com os objetivos da investigação.

A presente Dissertação de Mestrado foi desenvolvida através de levantamento de informações bibliográficas, utilizando-se de fontes secundárias, como livros, análises de documentos, e de sites que possuam conteúdos científicos, valendo-se do método dedutivo.

Porque, para (GIL, 1999; LAKATOS; MARCONI, 1993), o raciocínio dedutivo tem o objetivo de explicar o conteúdo das premissas, por intermédio de uma cadeia de raciocínio em ordem descendente, de análise do geral para o particular, chegando a uma conclusão. Usa o silogismo, construção lógica para, a partir de duas premissas, retirarem uma terceira logicamente decorrente das duas primeiras, denominada de conclusão.

Também foram feitas várias visitas às secretarias estaduais como instituições públicas e institutos de pesquisas onde a coleta dos dados necessários para a formulação e complementação do trabalho dissertativo foram encontrados e formatados.

Não obstante, em uma das visitas ao DIMPE (Distrito Industrial de Micro e Pequenas Empresas), houve a colaboração de alguns empresários do segmento Madeira-móveis; Fitoterápico e Fitocosméticos que através de pequenas entrevistas puderam expor seus pontos de vistas a respeito das expectativas dos mesmos

diante do panorama Estadual sobre os investimentos do Governo Local nos empreendimentos que envolvem os APL'S de beneficiamento.

Na oportunidade foram visitadas todas as empresas dos variados segmentos e tiradas algumas fotos para a apresentação do 1º Distrito Industrial de Micro e Pequenas Empresas à comunidade acadêmica, uma vez que esta pesquisa somará às outras já feitas sobre o referido tema.

Contudo, para nossa surpresa, podemos ficar a par de que alguns empresários contam com a ajuda técnica-científica de Faculdades Federais como a USP e a PUC, pois as mesmas fornecem subsídios de informações sobre uma resina ecológica desenvolvida por seus pesquisadores e que ajudam na qualidade dos produtos fabricados por algumas empresas do Distrito de Micro e Pequenas Empresas.

Portanto, a pesquisa pode se consolidar, graças a colaboração de muitos técnicos das Secretarias que estão relacionadas a seguir. Esses funcionários ajudaram no sentido de passar dados e informações dos seus determinados departamentos que tratavam dos assuntos inerentes à temática da pesquisa em questão. Todos eram técnicos de nível superior, como por exemplo, Engenheiros Ambientais, Economistas, Administradores e outros, fazendo com que a coleta se tornasse mais proveitosa, uma vez que os mesmos conheciam bastante sobre os APL'S e os Distritos Industriais para Micro, Pequenas e Médias Empresas e Condomínios Empresariais de aproveitamento dos arranjos produtivos locais.

Por fim, na conclusão das visitas e da pesquisa, puderam ser visitadas as entidades de classes, as instituições governamentais e as Secretarias de Estado, tais como:

- Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS;
- Secretaria de Ciência e Tecnologia – SECT;
- Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico – SEPLAN;
- Centro de Educação Tecnológica do Amazonas CETAM;
- Agencia de Florestas e Negócios Sustentáveis do Amazonas – AFLORAM.
- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI;
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE/ Am;

CAPÍTULO IV – RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este capítulo tem como principais objetivos, descrever as experiências em aglomeração de Micro e Pequenas Empresas dentro do Estado do Amazonas, valendo-se da atual conjuntura desenvolvimentista, a qual tem como metas de Governo, a identificação dos segmentos produtivos locais que mais tendem a serem promissores, para que com incentivos em projetos de pesquisas e implementações das ações de desenvolvimento regional para a região, possa existir uma caracterização das potencialidades locais, na intenção de alocá-las em um determinado espaço geográfico e territorial, a fim de proporcioná-las condições de entradas em mercados competitivos locais, regionais, nacionais ou internacionais.

Além do mais, sabemos que a leva de investimentos para pequenos e médios investimentos através das Agências de Fomento, dos Bancos de Desenvolvimento e dos Fundos Nacionais às Pesquisas Tecnológicas, vêm crescendo notavelmente, dando chances para empreendimentos do tipo Condomínios Empresarial para Micro e Pequenas Empresas se consolidarem cada vez mais.

Por isso, há urgência em almejarmos modelos de aproveitamento da produção local com negócios que alcance os 100% dos lucros para serem empregados na própria região para o aumento da renda da população local cominando em qualidade de vida para os mesmos.

4.1 APRESENTAÇÃO DO DIMPE (DISTRITO INDUSTRIAL PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS)

O objetivo da figura 3 é mostrar o modelo do Condomínio Empresarial para MPE's e sua divisão em galpões de funcionamento para os diferentes segmentos empresariais instalados no mesmo. Esse empreendimento está localizado na Avenida do turismo Km 7.



Figura 3: DIMPE

Fonte: Departamento de Micro e Pequenas Empresas / SEPLAN - 2011

Inaugurado em 12 de dezembro de 2008, o empreendimento é resultado de convênio no valor de R\$ 14 milhões entre a SUFRAMA, Governo do Estado e uma rede de órgãos ligados ao setor de microempresas. O DIMPE foi planejado para funcionar como um condomínio empresarial. Possui uma área de 2,5 mil metros quadrados, sendo dividido em lotes urbanizados onde foram construídos 24 galpões

para abrigar as empresas, estando sob a coordenação da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (SEPLAN) e administração da Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (CIAMA), o complexo conta com ampla infra-estrutura que inclui central de secagem, unidade de tratamento de resíduos e líquidos, rede de esgoto, sistema de abastecimento de água, rede de energia elétrica, terraplanagem, drenagem pluvial e guarita.

O I Distrito Industrial de Micro e Pequenas Empresas do Amazonas (DIMPE) Ozias Monteiro, realiza sua 1ª seleção de empresas em 2009 com os segmentos Madeira-Móveis, Fito-Fármacos e Fito-Cosméticos.

Participaram da seleção, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que demonstraram experiência no processo produtivo, com atendimento da legislação ambiental vigente. Os candidatos tiveram de apresentar proposta de desenvolvimento de uma nova linha de produto ou aprimoramento das linhas já existentes e ainda, comprovar que estavam em situação regular com as fazendas Federal, Estadual e Municipal.

No início das atividades, nove empreendimentos já estavam instalados no local. Eram 15 empresas selecionadas, tais como: Agrocon - Indústria e Serviços Ambientais Ltda, Pharmacos Cosméticos Ltda, HG Nogueira da Silva Móveis Ltda, Dudas Representações Comerciais da Amazônia Ltda, Amazongreen Indústrias e Comércio de Cosméticos e Perfumaria da Amazônia Ltda, Gotas e Cheiro da Amazônia Ltda, Aga Móveis Comércio Varejista de Móveis Ltda, Requite Móveis e Decorações Ltda, BK Móveis e Decorações Ltda, Agrorisa Produtos Alimentícios Naturais Ltda, Indústrias de Portas Mirassol Ltda, Menezes & Pena Comércio de Produtos Artesanais Ltda, Ambientec- Luther Salvador Gibbs dos Santos; Oficina

Escola de Lutheria da Amazônia e Agrosol- Associação para o Desenvolvimento Agrosustentável do Alto Solimões.

A inauguração do Distrito Industrial de Micro e Pequenas Empresas do Amazonas Ozias Monteiro marcou a concretização de um antigo sonho dos empreendedores amazonenses dos setores moveleiro, de Fitofármacos e de Fitocosméticos. De acordo com o Governo do Amazonas, o condomínio dará novo impulso a esses segmentos, uma vez que dispõe de uma complexa infraestrutura de apoio, a qual deverá contribuir para o aprimoramento gerencial e tecnológico, além de favorecer a melhoria do nível de competitividade de microempresas e empresas de pequeno porte que se instalarem no local.

O Departamento de Micro e Pequena Empresa da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico também destaca o aspecto positivo da contribuição do DIMPE para o aumento da oferta de emprego no Estado. A previsão era de que fossem gerados mais de 300 empregos diretos e outros 1.000 indiretos por conta do complexo industrial.

Missão do DIMPE

Estimular o desenvolvimento das empresas do Estado do Amazonas como foco na inovação, qualidade do processo industrial e responsabilidade sócio-ambiental.

Infra - Estrutura

- Área Total do Terreno: 105.065 m²;
- Sendo cada lote de 2.500 m²;
- Além da Infraestrutura viária com 9.900 m² de Pavimentação;
- Meios fio e Sarjetas; Rede de Esgoto Industrial
- Drenagem para águas Pluviais;
- Posteamto para rede elétrica e Telefônica e transformadores que permite a adequação de energia demandada por cada empresa.
- 24 Unidades; Pavilhão industrial com galpões multifabris modulados; com 450 m² cada e altura de 6,00 m.
- Cobertura térmica dupla, com possibilidade e preparado para expansão de igual tamanho; possuindo Banheiro e Vestiário Masculino e Feminino; Área para Escritório;
- Áreas de apoio: Galpão para Depósito e Montagem da Estufa;
- Administração com refeitório; Serviço de Telefonia pública; Serviços complementares externos;
- Cana Especial para drenagem de toda área no entorno;
- Instalações Prediais em Pavilhões Industriais, Área de Apoio e Serviços (Drenagem, Esgoto, Elétrica (interna e externa), Rede de incêndio com hidrante e ponto interno e Água Fria, Instalação de telefone e lógica.

4.2 VANTAGENS QUE O DIMPE OFERECE PARA AS EMPRESAS QUE SE AGLOMERAM DENTRO DE UM MODELO DE CONDOMÍNIO EMPRESARIAL

O DIMPE foi planejado para funcionar como um condomínio industrial com uma área de 105 mil metros quadrados, implantados com respeito ao meio ambiente. Está dividido em lotes urbanizados onde foram construídos 24 galpões fabris:

- Arquitetura moderna com integração ao meio ambiente;
- 80.000 m² são de área verdes e ruas asfaltadas;
- Disponibilidade de energia imediata, rede telefônica, estacionamento para veículos, portaria com segurança 24 horas, galpões de 450 m², com mezanino, pé direito de 6 m, 2 banheiros/vestiários, cobertura térmica e estacionamento privativo.

Projetado para permitir a ampliação quadruplicando a área produtiva, com estação de tratamento de esgoto, restaurante, Centro Tecnológico com salas de aula e laboratórios para cursos e pesquisas de inovação das indústrias, poço artesiano, internet com velocidade de 1Mbps;

Com a finalidade da implantação de um Distrito Industrial de Micro e Pequenas Empresas (DIMPE), voltado para o desenvolvimento do segmento de madeira-móveis, fito fármacos e fito cosméticos, o projeto visava a construção das Edificações, Serviços Complementares e Instalações prediais, como também a aquisição de uma Estufa de Secagem.

O DIMPE foi organizado em aglomerados setoriais, do tipo condominial, com ênfase na eficiência produtiva e na competitividade, propiciando o fortalecimento contínuo dos Arranjos Produtivos Locais – APL, com a doação de

medidas capazes de gerar as oportunidades em escalas, melhor aproveitamento das infra-estruturas de atendimento, consolidação das cadeias produtivas e fortalecimento dos agentes econômicos, uma vez que a Região possui recursos naturais com elevado potencial para o desenvolvimento, mas se depara com sérios problemas, tais como:

- ✓ Infra-estrutura deficitária;
- ✓ Falta de informações e tecnologias;
- ✓ Cadeia produtiva pouco competitiva e com baixo valor agregado;
- ✓ Dispersão dos empreendedores, envolvendo baixa rentabilidade.

Nesse sentido é que se torna vantajoso para as MPE's se instalarem em Condomínios do tipo empresariais, pois a ação em conjunto viabiliza a identificação à exploração das potencialidades econômicas dos pólos e ajuda no empreender e no multiplicar das ações estratégicas para o crescimento dos segmentos, sendo levantadas e analisadas as variadas informações sobre a situação do mercado e ao mesmo tempo possibilita na indicação de estratégias; Projeções; Estudos de viabilidade econômica e Implantação de Projetos Técnico e Arquitetônico.

A seguir estão expostas duas figuras que constam os principais objetivos do DIMPE, juntamente com algumas das Instituições que servirão com todo o tipo de apoio técnico-científico, tais como cursos, treinamentos, qualificações e orientações sobre as etapas de produções dos variados segmentos existentes no Condomínio.



Figura 4: Objetivos do DIMPE

Fonte: Departamento de Micro e Pequenas Empresas / SEPLAN - 2011

Como parte da importância de se ter um Distrito Industrial no Modelo do DIMPE é que seus objetivos sempre serão:

- ✓ Contribuir para o aumento do número de novos postos de trabalho e geração de emprego e renda.
- ✓ Contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Estado do Amazonas, incentivando investimentos em atividades geradora de riqueza e trabalho;
- ✓ Desenvolver e aprimorar as microempresas e empresas de pequeno porte nos aspectos tecnológicos, gerenciais e de recursos humanos, de modo a capacitá-las para que possam atingir níveis de desempenho que possibilitem sua maior competitividade;

- ✓ Melhoria das condições de estrutura do ambiente e da qualidade de vida no trabalho;
- ✓ Selecionar as microempresas e empresas de pequeno porte com aptidão para desenvolver produtos inovadores nos quais as tecnologias representem alto valor agregado e os ciclos de produção sejam ambientalmente responsáveis e sustentáveis;
- ✓ Fortalecer a imagem do papel social do DIMPE e das entidades de apoio ao projeto.

E como se trata de um tipo de Políticas Públicas, contará sempre com o apoio das instituições financeiras e científicas que serão oferecidos de acordo com a disponibilidade, os seguintes serviços com custos subsidiados pelos parceiros do I DIMPE e contrapartida das microempresas e empresas de pequeno porte selecionadas:

- ✓ Capacitação empresarial por meio da promoção / participação em programas, treinamentos e workshops, oferecidos pelo I DIMPE e parceiros;
- ✓ Consultoria técnica especializada em áreas de : Estudo de mercado, plano de negócios, gestão de qualidade e gestão financeira;
- ✓ Participação em eventos visando a atualização tecnológica, gerencial ou para inserção mercadológica das microempresas e empresas de pequeno porte;
- ✓ Identificação e ativação da rede de contacto, visando ao estabelecimento de parcerias e/ou criação de canais de comercialização;
- ✓ Assessoria na elaboração de propostas para captação de recursos;
- ✓ Interface com as entidades envolvidas na concepção do Projeto I DIMPE, para acesso de Informações e serviços.

Entidades Participantes do I DIMPE AMAZONAS: Com apoio a seus objetivos:

- ✓ SUFRAMA (Gov. Federal) E SEPLAN (Gov. do Estado) com recursos Financeiros.
- ✓ SECT; SDS; CETAM; SETRAB; AFEAM; IPEM; FIEAM; CIDE; SENAI; INPA; SEBRAE/AM; FUCAPI; AIMAZON; SINDIMÓVEIS; SEMDEL; CIAMA.
- ✓ SEPLAN - SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.
- ✓ SEAPS- SECRETARIA EXECUTIVA ADJUNTA DE POLITICAS SETORIAIS juntamente com o DEMPE – Departamento de Micro e pequena empresa.

Resultados Esperados das Vantagens que o Condomínio Empresarial oferece

Na geração de empregos:

- 350 Empregos Diretos no Início das Atividades no primeiro ano.
- 1.050 Empregos Indiretos decorrentes dos serviços indiretos gerados com: Transporte, Condomínio, Segurança, Manutenção, alimentação, etc. além de consolidar as atividades formadas pela cadeia produtiva dos segmentos do projeto.

Beneficiamento da Produção Local

- Aumento da Produção e oferta dos Produtos regionais in natura. (Matéria – prima).
- Consolidação e desenvolvimento do segmento madeira móveis fortificando o seu APL.
- Consolidação e desenvolvimento do segmento fito fármacos e fito cosméticos fortificando o seu APL.

Além de também Desenvolver tecnologias que agreguem maior crescimento e aproveitamento aos recursos naturais renováveis , garantindo a manutenção das premissas da sustentabilidade: Viabilidade econômica estando ecologicamente correto, traduzido pela equidade e distribuição dos seus ativos sociais.

4.3 APRESENTAÇÃO DOS PRINCIPAIS SEGMENTOS EMPRESARIAIS INSTALADOS NO DIMPE

Segmento de Madeira-Móveis

O estado do Amazonas é o maior do país, com aproximadamente 1,5 milhão de km² possuindo assim uma considerável quantidade dos recursos florestais da região. A exploração florestal para fins madeireiros caracteriza-se no Amazonas como extrativismo vegetal empírico. Até a década de 70 se concentrava principalmente nos rios de água branca. A partir dos anos 80, houve um incremento na utilização de madeira oriunda de florestas de terra firme, face à abertura de eixos viários nas proximidades de Manaus, notadamente no Distrito Agropecuário da SUFRAMA.

A maior característica da exploração é seu caráter seletivo, elegendo em torno de quatro espécies para a produção de laminados (sumaúma, copaíba, muiratinga e virola) e quatro dezenas de outras espécies para produtos serrados, especialmente Angelim - pedra e louros. A sumaúma corre riscos iminentes de exaustão comercial do recurso.

O nível das enchentes determina se a safra é boa ou ruim. Nas várzeas, a extração é realizada nos meses de agosto a novembro, por ocasião das vazantes dos rios.

A retirada e transporte fluvial das toras são realizados nos meses de fevereiro a junho, época das cheias. A exploração em terra firme se concentra nas proximidades de Manaus e das sedes dos Municípios, em função dos eixos viários existentes. Tem como uma das principais características o seu atrelamento a um

aumento da fronteira agrícola, como também aconteceu com as florestas naturais do Centro-Sul do país.

Neste caso, o abastecimento das indústrias madeireiras está fortemente vinculado a existência do corte raso (desmatamento). A extração seletiva é o primeiro passo no processo. A instalação de serrarias, que não possuem um sistema de integração floresta/indústria (aquisição de matéria-prima de terceiros), tem acelerado esse procedimento no município de Itacoatiara e em outros.

A maioria das empresas do setor de madeira-móveis se situam na cidade de Manaus, apesar de existirem pequenos pólos moveleiros no Baixo Amazonas e na região do Alto Solimões, produzindo móveis em estilo colonial e popular (estantes, vitrines, prateleiras, armários, etc), para sala de jantar, dormitório, copa, cozinha, piscina e varanda.

Em virtude dos móveis industriais (gabinetes de eletroeletrônicos, caixas acústicas, máquinas de costura, relógios de parede e uma série de artefatos de madeira) exigirem alta qualidade na elaboração, acabamento do produto, rigorosa secagem e imunização, muitas empresas locais ainda não participam desse significativo mercado. Existem poucas empresas atuando no ramo de produção de artefatos de madeira.

O mercado destes produtos vem apresentando uma rápida expansão tanto a nível interno como externo. Localmente, se projeta uma demanda de aproximadamente 15.300 peças/ano. Manaus e Itacoatiara são municípios que, por concentrar o maior número de beneficiadoras de madeira, apresentam grande quantidade de resíduos.

Portanto, a existência e proximidade das fontes de matéria-prima são fatores determinantes para que sejam dirigidos investimentos para instalação de

empreendimentos que industrializem artefatos de madeira nestes municípios. Segundo o SEBRAE/AM, uma indústria para produzir 15.300 peças teria uma receita total de US\$ 194.732,00, com custo total de US\$ 76.865,00, e lucro bruto de US\$ 117.867,00 a.a.

O Amazonas possui um número total de 113 empresas de acordo com (Gonçalves, 2001) cadastradas no IBAMA, categorizadas em Indústria de Madeira Serrada e Indústria de Beneficiamento de Madeira, e apenas 42 efetuaram movimento de madeira expressivo no período de 1999 a 2000.

Entretanto, estas empresas geraram aproximadamente 2.400 empregos formais, um faturamento médio anual cerca R\$ 28.420.000,00, que, se comparado ao ano de 1997, apresentou uma redução de aproximadamente 42%. Isso representa minimização na arrecadação de tributos e conseqüente queda no investimento social.

INSTITUCIONAL	CADEIA PRODUTIVA	ORGANIZACIONAL
<ul style="list-style-type: none"> - Problemas fundiários; - Alternativa econômica; - Criação de florestas públicas de produção; - Zoneamento econômico - Capacitação profissional; - Informação; - Falta de pesquisa; - Financiamento. - Formação profissional; - Legislação inibidora; - Opinião pública emocional; - Aproveitamento de espécies. - Isenção do ICMS in natura; - Custos dos insumos; - Energia elétrica; - Incentivos fiscais; - Pesquisa de logística; - Sistema de escoamento; - Apoio institucional; - Organização de cooperativas; - Promoção de espécies não tradicionais; - Promoção da marca Amazonas. 	<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin-bottom: 10px; text-align: center;">PROPRIEDADE</div> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin-bottom: 10px; text-align: center;">MANEJO/EXPLORAÇÃO</div> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin-bottom: 10px; text-align: center;">INDUSTRIALIZAÇÃO PRIMÁRIA</div> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin-bottom: 10px; text-align: center;">LOGÍSTICA DE DISTRIBUIÇÃO</div> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin-bottom: 10px; text-align: center;">INDUSTRIALIZAÇÃO SECUNDÁRIA</div> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin-bottom: 10px; text-align: center;">MERCADO CONSUMIDOR</div>	<ul style="list-style-type: none"> - Desconhecimento da atividade; - Desconhecimento da legislação básica; - Ausência de equipe técnica. - Segurança e saúde; - Treinamento; - Desconhecimento de espécies. - Rotatividade; - Informação; - Falta de matéria-prima. - Desconhecimento do produto final; - Desperdício; - Inovação tecnológica; - Qualidade; - Layout; - Design; - Máquinas e equipamentos; - Logística desconhecida; - Desconhecimento do mercado; - Acompanhamento do mercado; - Produtos alternativos.

Tabela 1: Aspectos Gerais do Setor Madeireiro

Fonte: Plano de Desenvolvimento Preliminar / NEPAL-AM 2009

Adaptado pelo próprio autor a partir de dados coletados nas Secretárias de Estado.

SEGMENTO INDUSTRIAL	NÚMERO DE INDÚSTRIAS
Serraria	45
Beneficiado	39
Compensado	7
Lâmina	3
TOTAL	94

Tabela 2: Número de Indústrias do Segmento Madeireiro no Amazonas

Fonte: STCP, 2002.

Adaptado pelo próprio autor a partir de dados coletados nas Secretárias de Estado.

A exploração madeireira baseia-se em 16 espécies utilizadas nas serrarias: Angelim pedra; Louro(s); Jacareúba; Assacu; Copaíba; Cupiúba; Cedrinho; Sucupira; Piquiá; Virola; Andiroba; Mulateiro; Guariúba; Cedro; Tintarana; e Itaúba. Ainda são utilizadas por um menor número de empresas: mandioqueira, cedrorana, piquiarana, laranjinha, muiracatiara, amapá, paricarana, rabo de arraia, maçaranduba, cumaru, tanimbuca, macacarecuia, sapateiro, aruani, itaubão, pau d'arco, paracaxi, seringa, arurá, saboeiro e faveira, o que totaliza 37 espécies utilizadas. O número de indústrias instaladas apresentou aumento significativo na década de 1980. Já na década de 1990 houve uma estabilização no número de serrarias.

Estima-se uma capacidade de produção entre 200.000 a 300.000 m³/ano. A SUFRAMA cita uma capacidade de produção de 92.304 m³ de laminados e 178.116 m³ de compensados. Os dados sobre a industrialização e consumo de madeira no Amazonas são escassos e apresentam longos períodos de interrupção nas informações disponíveis. Mas o gráfico 1 mostra como que, apesar das

dificuldades encontradas nesse segmento, o setor ainda tem faturamento nos âmbitos locais, nacionais e internacionais.

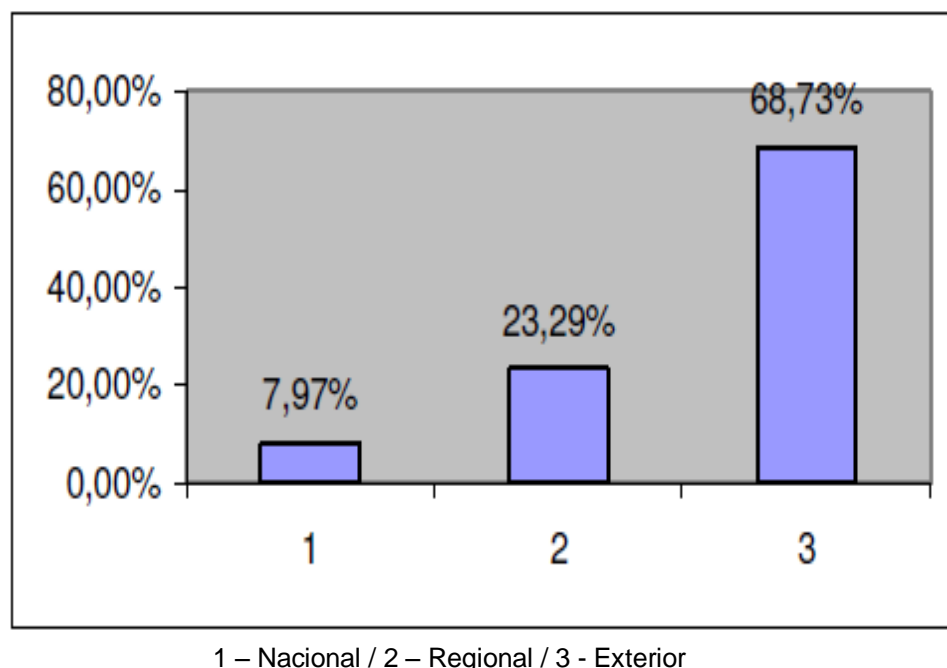


Gráfico 1 – Faturamento do Pólo Madeireiro por Mercado
Fonte: SEDEC / SUFRAMA 2001.

Não obstante, em 2001, o Pólo Madeireiro empregou, em média, 1.928 trabalhadores, sendo 1.924 efetivos e 4 terceirizados, segundo informações de 11 indústrias incentivadas, pertencentes a esta área e integrantes do Sistema de Indicadores da SUFRAMA. A taxa média anual de rotatividade no emprego girou em torno de 1,82%. As três principais empresas em faturamento foram: Gethal-Amazônia; Mil-Madeira Itacoatiara e Madeiras Compensadas da Amazônia. As exportações alcançaram US\$ 11,61 milhões (1,40% do total exportado pelo PIM, em 2001), e os produtos de maior destaque foram: outros painéis de madeira; outras madeiras tropicais serradas; e outras madeiras compensadas. O faturamento atingiu US\$ 16,05 milhões, representando 0,18% do total do PIM, em 2001 (US\$ 9,06 bilhões). As vendas foram realizadas para o mercado regional (23,29%); nacional

(7,97%) e exterior (68,73%). Gerando assim, vários postos de trabalho, mostrado no gráfico 2.

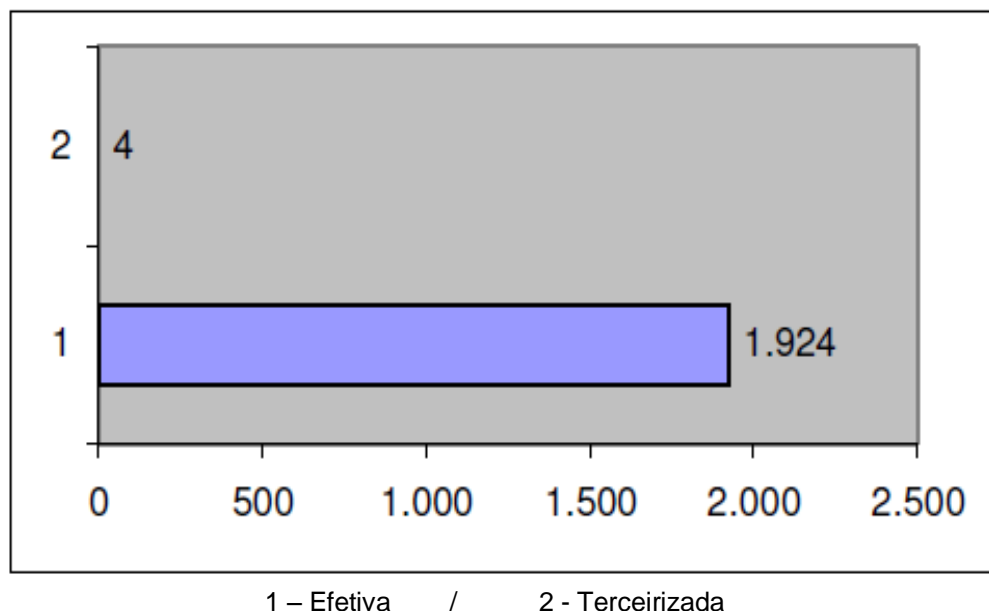


Gráfico 2 – Mão-de-obra empregada no Pólo Madeireiro
Fonte: SEDEC / SUFRAMA 2001.

Empresas do Segmento Madeireiro Instaladas no DIMPE

- DUDAS REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS DA AMAZÔNIA LTDA / MAGIA AMAZÔNICA
- BK MÓVEIS E DECORAÇÕES LTDA.
- AGA MÓVEIS / COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA.
- AGROCON – IND. E SERV. AGROAMBIENTAIS LTDA.
- INDÚSTRIA DE PORTAS MIRASSOL LTDA.
- H G NOGUEIRA DA SILVA MÓVEIS LTDA
- FIBRALEV INDÚSTRIA E SERVIÇOS DE MÓVEIS LTDA
- OELA – OFICINA DE LUTHERIA DA AMAZÔNIA
- MENEZES E PENA COMÉRCIO DE PRODUTOS ARTESANAIS LTDA.
- MÓVEIS GOMES LTDA
- CASA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS PLANEJADOS LTDA
- HELVETIA ABRASIVOS DA AMAZÔNIA LTDA

A seguir, a Foto 1 mostra alguns produtos do segmento Madeira-móveis que são fabricados no DIMPE, pelas empresas do mesmo segmento e que estão instaladas no Condomínio Empresarial. Os produtos variam de artesanais a sofisticadas poltronas e sofás, instantes de madeiras, prateleiras de madeira, cestos, vasos etc.



Foto 1: Produtos do segmento Madeira-móveis fabricados no DIMPE
Fonte: Tiradas pelo próprio autor de dentro do DIMPE, em 19/08/2011

Segmento Fito-fármaco e Fito-cosméticos

Para o Segmento Fitofármaco e Fitocosméticos as potencialidades de Arranjos Produtivos Locais (APL's) para a geração de emprego e renda em diversos setores econômicos, entre eles, o da bioindústria formado, é o resultado da visão prospectiva de um grupo representativo de diversos segmentos sociais, da sua consciência de cidadania, comprometimento e inabalável confiança na possibilidade de concretização de um projeto, objetivando o desenvolvimento econômico baseado na exploração sustentada dos recursos naturais da região.

Além disso, a cadeia produtiva desses recursos naturais é composta pelas seguintes etapas no processo produtivo: obtenção da matéria-prima vegetal; processamento da matéria-prima vegetal; processamento do produto-acabado e mercado. Na ocasião, também foram apresentados os gargalos na cadeia produtiva e instituições que poderiam resolvê-los:

a) Obtenção da matéria-prima vegetal:

- ✓ Legislação ambiental: IBAMA, IPAAM, MCT E SIPEAM;
- ✓ Certificação das matérias-primas: IBAMA, IPAAM, MCT, Bioamazônia e SIPEAM;
- ✓ Identificação botânica: INPA, Bioamazônia e UFAM - Curso de Farmácia;
- ✓ Identificação fitoquímica: INPA, UFAM, UEA e Bioamazônia;
- ✓ Controle de qualidade/Análises microbiológicas: INPA, UFAM, UEA e Bioamazônia;

b) Processamento da matéria-prima vegetal:

- ✓ Identificação físico-química de insumo: INPA, UFAM, UEA e Bioamazônia;
- ✓ Pesquisa fitoquímica de marcadores: INPA, UFAM, UEA e Bioamazônia;
- ✓ Processo industrial na produção de insumos: UFAM e IPT;
- ✓ Testes necessários para validação e registro do insumo vegetal junto aos órgãos sanitários;

c) Processamento do produto-acabado:

- ✓ Capacitação de pessoal em formulações: UFAM, UEA, Bioamazônia e FUCAPI;
- ✓ Controle de qualidade do produto-acabado – UFAM, UEA, Bioamazônia, FUCAPI e SEDEC (atual SEPLAN);
- ✓ Capacitação de pessoal em “designer” embalagens e rótulos – FUCAPI, UFAM, SEBRAE, SEDEC (atual SEPLAN) e SUFRAMA;
- ✓ Patentes – FUCAPI, UFAM, UEA, ABIN, Bioamazônia, SEBRAE, SEDEC (atual SEPLAN) e SUFRAMA.

d) Mercado

- ✓ Selo de qualidade ambiental e social vinculado ao Amazonas – Certificação - FGV, SEBRAE, FUCAPI, Bioamazônia, IBAMA, IPAAM e UFAM;
- ✓ Estudo de mercado - FGV, SEBRAE, FUCAPI;

e) Células de apoio ao estudo da cadeia produtiva.

- ✓ Criação da câmara técnica de fitoterápicos e fitocosméticos com a participação das instituições envolvidas;
- ✓ Aquisição de publicações técnico-científicas para formação do acervo bibliográfico necessário para apoio às diferentes atividades a serem desenvolvidas na cadeia produtiva.

APL de Fitoterápicos e Fitocosméticos por serem promissoras, têm como principal gargalo tecnológico sua validação junto a ANVISA – Ministério da Saúde, para assim, poder ser inserido no mercado consumidor, ser validado e registrado, sendo que o processo de validação consiste na realização de diversos ensaios químicos, físico-químicos, microbiológicos, analíticos, toxicológicos e farmacológicos, assegurando desta forma a segurança e a eficácia do produto em todas as fases do seu prazo de validade, incluindo o armazenamento, a distribuição e o uso.

As plantas selecionadas são:

Fitoterápicos: Unha de gato – *Uncaria tomentosa* (Wild) DC – Família Rubiaceae; Muirapuama – *Ptychopetalum olacoides* Benth – Família Olacaceae; Pedra-hume-caá – *Myrcia Citrifolia* (Aubl.) Pers. – Família Myrtaceae; Chichuá – *Maytenus guianensis* Klot. – Família Celastraceae.

Fitocosméticas: Mulateiro – *Calycophyllum spruceanum* (Benth) Hook F. ex. Schum. – Família Rubiaceae; Preciosa – *Aniba canellila* (H.B.K) Mez – Família

Lauraceae; Crajirú – *Arrabidaea chica* Verl. – Família Bignoniaceae; Cupuaçú – *Theobroma grandiflorum* (Wild. Ex. Spreng) Schum. – Família Sterculiaceae; Buriti – *Mauritia flexuosa* L. – Família Palmae; Patauá – *Jessenia bataua* (Mart.) Burret – Família Palmae; Pau Rosa – *Aniba duckei* Kosterm. – Família Lauraceae.

Mas de todas essas plantas, até 2010 apenas as que seguem são validadas:

Fitoterápica: Muirapuama – *Ptychopetalum olacoides* Benth (Família Olacaceae) e Chichuá – *Maytenus guianensis* Klot (Família Celastraceae).

Fitocosmética: Crajiru – *Arrabidaea chica* Verl. – Família Bignoniaceae.

Com seus respectivos pesquisadores responsáveis:

- ✓ Dr. Juan Revilla – INPA (Botânica);
- ✓ Dr. Adrian Pohlit – INPA (Fitoquímica) e Dra. Maria Rosa Lozano Borrás – UFAM (Toxicologia, Farmacologia e Microbiologia).

Com considerações vigentes, percebe-se que os dois segmentos tem sido alvo de interesse de profissionais altamente qualificados, propiciando um índice elevado de pesquisas científicas nos países desenvolvidos, fundamentais para o contínuo desenvolvimento e lançamento de novos produtos.

Alguns estudos farmacológicos e experimentais estão disponíveis para as principais plantas e seus derivados comercializados no país.

A divisão por classes terapêuticas dos fitoterápicos vendidos na União Européia está em sintonia com as doenças que afetam sua população. Em termos de produtos por classe terapêutica, na Alemanha, entre os 100 fitoterápicos mais prescritos, 29 são voltados para desordens respiratórias e 19 para desordens do

sistema nervoso central. Na qual a tabela 3, mostrará dados da Alemanha para a de Fitoterápicos de relevantes prescrições médicas.

INDICAÇÃO	Nº. DE PRODUTOS	VENDAS EM US\$ MILHÕES
Desordens do sistema nervoso central	19	345,38
Desordens respiratórias	29	143,27
Desordens do trato urinário	11	118,26
Desordens cardiovasculares	10	115,76
Desordens do estômago, intestino, fígado e trato biliar	10	82,03
Promoção de resistência à desordens	6	50,75
Desordens da pele e tecido conectivo	11	44,21
Desordens ginecológicas	4	17,34

Tabela 3 – Indicação para os 100 Fitoterápicos mais prescritos na Alemanha

Fonte: Blumenthal. M. 1998.

Adaptado pelo próprio autor a partir de dados coletados nas Secretárias de Estado.

A tabela 4 mostra que no Estado do Amazonas a evolução do faturamento nesta série não é muito representativa, pois a base de empresas que informaram os valores não se repetiu em nenhum ano. Com base nesses dados, estima-se um faturamento anual consolidado, para as empresas da região, de até R\$ 5 milhões. Os números de emprego total e na produção também tiveram nesta amostra a base de empresas diferentes a cada ano. A análise individual mostra grande predominância da relação de dois empregados na produção para cada três empregados da empresa. Em parte, estes números refletem a tendência à concentração de funções pelos sócios-proprietários e de familiares, os quais em algumas empresas não são considerados como empregados.

DISCRIMINAÇÃO	1995	1996	1997	1998
Faturamento (R\$ mil)	389,2	2.821,1	2.980,1	3.208,4
Emprego total	31	70	26	109
Emprego na produção	22	51	16	71
Número de empresas (em relação ao faturamento)	2	4	4	2
Grau de concentração da principal empresa	N/A	65.6%	64.0%	70.2%

Tabela 4 – Evolução do Faturamento, Emprego na produção e Emprego Total

Fonte: SEPLAN. 2003

Adaptado pelo próprio autor a partir de dados coletados nas Secretárias

As empresas do Amazonas investiram recentemente em novas instalações industriais e em máquinas e equipamentos. A motivação básica foi à forte expectativa de crescimento das vendas. Elas já estão pensando em novas expansões na própria cidade de Manaus. Outros investimentos tidos como importantes tem sido em treinamento de funcionários e em controle de qualidade. A estrutura de custos foi obtida, confirmando as expectativas sobre a importância das matérias-primas e mão-de-obra. Estes dois fatores são indicados pelas empresas como sendo os custos mais influentes.

Os custos com embalagens são maiores que os custos de frete e despesas comerciais. Cabe observar que o design de embalagens é fundamental para a atração dos consumidores e, sem dúvida, este não é um item forte das empresas da região. Este ponto deverá receber mais atenção caso a conquista de novos mercados se transforme em planos de investimentos. Os investimentos e as operações tendem a ser financiadas com geração de caixa. A tabela 5 mostra por ordem esses custos.

ORDEM	CUSTO
1°	Matéria-prima
2°	Mão-de-obra
3°	Embalagem
4°	Despesas administrativas
5°	Frete
6°	Despesas comerciais
7°	Manutenção dos equipamentos

Tabela 5 – Ordem de Importância dos Custos

Fonte: SEPLAN. 2003.

Adaptado pelo próprio autor a partir de dados coletados nas Secretárias

A procedência de cada matéria-prima é bem determinada. As plantas regionais e seus derivados são comprados na própria região, principalmente Pará e Amazonas. O mel é do Nordeste e em menor escala de Santa Catarina. As plantas não regionais e seus derivados são compradas em São Paulo. Este estado também fornece insumos e serviços.

ORDEM	VANTAGEM COMPETITIVA	NÚMERO DE CITAÇÕES
1°	Marca	6
2°	Qualidade do produto	5
3°	Preço	4
4°	Canais de distribuição	4
5°	Propaganda	4
6°	Prazo de pagamento	3
7°	Tecnologia	3

Tabela 6 – Vantagem competitiva na ordem de quantidades de citações

Fonte: SEPLAN. 2003.

Adaptado pelo próprio autor a partir de dados coletados nas Secretárias

As empresas da região concentram suas vendas em produtos à base de mel com extratos vegetais, nas cápsulas de copaíba e nas cápsulas de andiroba. É provável que a concorrência se instale na região quando empresas de estados vizinhos passassem a atuar nestas atividades. Esta situação não está tão distante, já que elas vêm se preparando para isto. Empresas com produtos que não possuem concorrência desfrutam de posições mais confortáveis, com maiores possibilidades para manter ou aumentar suas margens de lucro.

As análises sobre vantagens competitivas mostram dois resultados diferentes. A marca é a vantagem mais notada, seguida de qualidade. Este resultado demonstra a preocupação com a imagem da empresa, através da marca e da qualidade do produto. A análise individual, entretanto, revela outro aspecto. Apesar de não ser o mais citado, o preço foi considerado a principal vantagem competitiva.

A possibilidade de novas concorrências tem de ser vista em dois níveis: produtos regionais e produtos gerais. Os primeiros são produzidos por todas as empresas e são basicamente derivados de copaíba, andiroba e guaraná. Neste nível, a concorrência será basicamente entre as empresas da região e dificilmente envolverá empresas de outras regiões. A entrada de novos produtores não deve ser esperada nas atuais condições. Nas empresas de fora da região, os investimentos que as atraem, são relacionados à pesquisa de novos medicamentos e cosméticos, e com o cultivo de plantas de interesse. Não se percebe intenções de construção de novas unidades de produção, principalmente pelos aumentos de custos.

No nível dos produtos que a maioria do setor produz, como *Ginkgo biloba*, e *Equinácea*, a concorrência envolve empresas de outras regiões, principalmente do Sul/Sudeste e do exterior. Porém, atualmente somente as empresas do Amazonas têm condições de ter uma linha de produtos tão abrangente. Elas têm a vantagem

de menores custos de transporte e de estarem mais perto dos consumidores, mas somente estes fatores são insuficientes para a conquista do mercado.

Marca e preço são dois fatores decisivos na compra de um fitoterápico. Empresas nacionais mais conhecidas ou produtos importados costumam transmitir uma imagem de marca mais confiável, mesmo que não seja verdade, e podem conseguir até preços maiores. Recursos financeiros e capacidade gerencial e de marketing serão decisivos neste nível de competição.

Focando apenas a região amazônica, a pressão dos medicamentos como substitutos dos fitoterápicos não é muito forte. O uso de plantas medicinais está enraizado na cultura regional. Além disso, o custo de fitoterápicos é inferior aos dos medicamentos, fator significativo, considerando a baixa renda *per capita* regional atual. Estas vantagens não se verificam com tanta intensidade em outras regiões, diminuindo a penetração do fitoterápico.

PRODUTO	ORIGEM
Cápsulas de óleo de copaíba - diversos fabricantes	Óleo de copaíba
Mel para tosse - diversos fabricantes	Mel, óleo de copaíba e outros extratos vegetais
Cápsulas de óleo de andiroba	Óleo de andiroba
Xaropes	Mastruz com leite de amapá, jucá, catuama, guaraná
Derivados de guaraná	Guaraná

Tabela 7 – Quantidade de produtos oriundos da Região que estatisticamente são mais vendidos
Fonte: SEPLAN. 2003.

Adaptado pelo próprio autor a partir de dados coletados nas Secretárias

Atuais empresas do Segmento Fito-fármaco e Fito-cosméticos Instalados no DIMPE

- PHARMAKOS D' AMAZONIA LTDA.
- AGRORISA PRODUTOS ALIMENTÍCIOS NATURAIS LTDA
- AMAZONGREEN PRODUTOS ALIMENTÍCIOS NATURAIS LTDA
- GOTAS E CHEIROS DA AMAZÔNIA LTDA

A seguir, a Foto 2 mostra alguns produtos do segmento Fito-fármaco e Fito--cosméticos que são fabricados no DIMPE, pelas empresas do mesmo segmento e que estão instaladas no Condomínio Empresarial. Os produtos variam de sabonetes e shampoos a remédios com ingredientes regionais ou populares possuindo os selos exigidos para produção e venda.

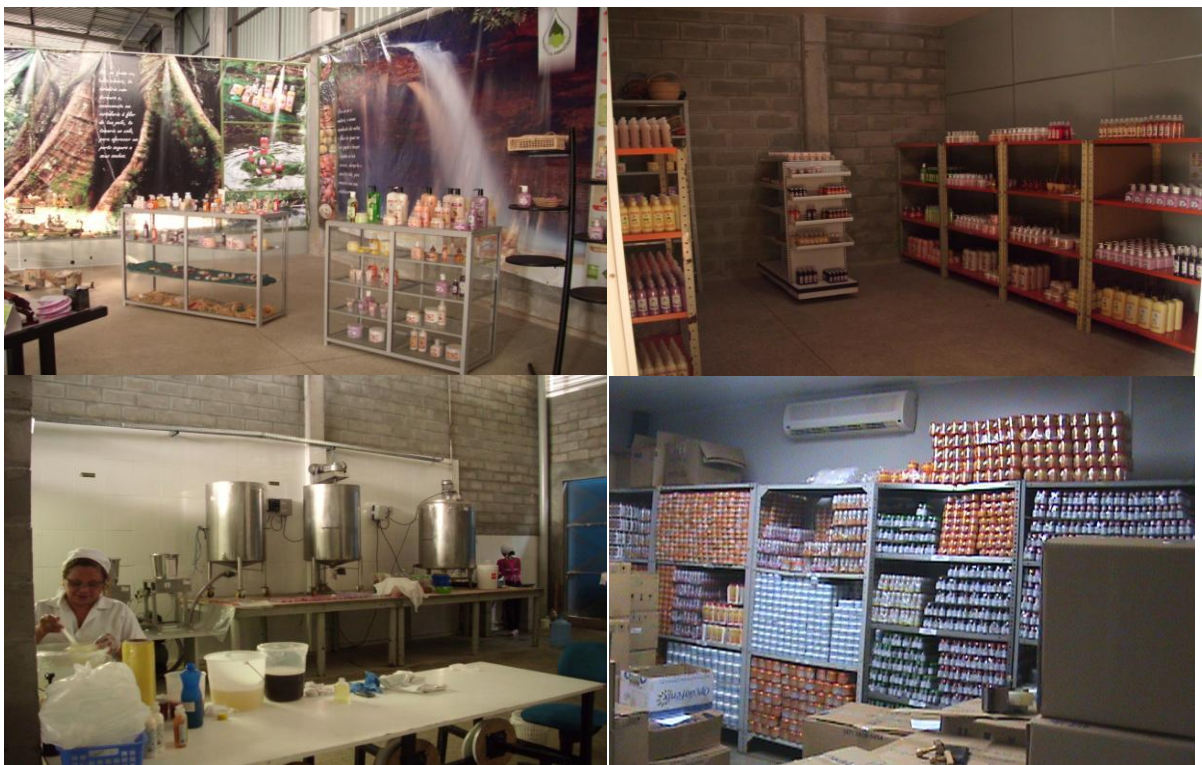


Foto 2: Produtos do segmento Fito-fármaco e Fito--cosméticos no DIMPE
Fonte: Tiradas pelo próprio autor de dentro do DIMPE, em 19/08/2011

4.4 MAPEAMENTO DOS APL'S DO AMAZONAS POR SEGMENTO EMPRESARIAL

Trata-se de uma estratégia de atuação para o desenvolvimento sustentável que consiste na realização de ações integradas de políticas públicas para APLs, buscando mudar a lógica individualizada de atuação dos vários órgãos que atuam com o tema do desenvolvimento local e regional.

Benefícios:

- Desenvolver as vocações, potencialidades e oportunidades locais;
- Ampliar a capacidade competitiva duradoura;
- Melhorar a inserção competitiva e sustentável no mercado nacional e internacional;
- Ajudar a inclusão social pela via de empreendedorismo;
- Incrementar o Protagonismo local – atores ou rede de atores locais liderando processo de mudanças

APLs formalizados no Estado do Amazonas

Através da pesquisa de campo dentro dos órgãos responsáveis em identificar os Arranjos Produtivos Locais no Estado do Amazonas, foram caracterizados pelo menos dez APL'S considerados os de pleno funcionamento e atuação na economia local e os respectivos municípios onde os mesmos atuam, são eles:

1. **Artesanato Regional** – Pólo Tabatinga – Municípios: Manacapuru, Maués, Parintins, Presidente Figueiredo, Tabatinga.
2. **Base Mineral/Cerâmico-Oleiro** – Pólo Presidente Figueiredo – Municípios: Iranduba, Manacapuru, Nova Olinda do norte, Presidente Figueiredo, Urucará.
3. **Construção Naval** – Pólo Manaus – Municípios: Barcelos, Itacoatiara, Manaus, Parintins, Iranduba.
4. **Fécula e Farinha de Mandioca** – Pólo Manacapuru – Municípios: Iranduba, Itacoatiara, Manacapuru, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva.
5. **Fitoterápicos e Fitocosméticos** – Pólo Manaus – Municípios: Barreirinha, Manaquiri, Manaus e Entorno.
6. **Madeira, Móveis e Artefatos** – Pólo Manaus – Municípios: Atalaia do Norte, Carauari, Itacoatiara, Jutai, Manaus e entorno e Tabatinga.
7. **Polpas, Extratos e Concentrados de Frutas Regionais**– Pólo Itacoatiara – Municípios: Anori, Codajás, Iranduba, Itacoatiara, Manacapuru, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva.
8. **Produção de Pescado** – Pólo Tabatinga – Municípios: Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Fonte Boa, Iranduba, Manacapuru, Maués, Rrio Preto da Eva, Tabatinga.
9. **Produtos Florestais não Madeireiros** – Pólo Boa Vista do Ramos – Municípios: Boa Vista do Ramos, Carauari, Manicoré, Tefé.
10. **Turismo Ecológico e Rural** – Pólo Manaus – Municípios: Benjamin Constant, Manacapuru, Manaus, Maués, Novo Airão, Parintins, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, Tabatinga.

Em contrapartida, o quadro a seguir faz uma caracterização mais apurada e detalhada do papel que esses arranjos possui dentro de suas determinadas cadeias produtivas e quais os empreendimentos dos mesmos juntamente com os tipos de produtos gerados por eles.

ARRANJOS PRODUTIVOS	PRODUTOS E SERVIÇOS POTENCIAIS
Base Mineral/Pólo Cerâmico-Oleiro	Tijolos de dois, quatro e oito furos; tijolos maciços; combogó (elementos vazados), telha dos tipos “Canal” e “Marselha”; blocos Cerâmicos especiais e revestimento rústico para pisos.
Construção Naval	Existem basicamente dois tipos de empreendimentos: os estaleiros de construção para transporte de passageiros e cargas; e os serviços de reparo e manutenção de embarcações.
Artesanato Regional	Artesanato indígena e biojóias (Jarina, semente de açaí), etc.
Produtos Florestais não Madeireiros	Óleos vegetais: andiroba e copaíba; Cascas e cipó; Borracha; sementes.
Turismo Ecológico e Rural	Ecoturismo, Floresta amazônica, Teatro Amazonas, Encontro das Águas, Turismo de Aventura, Turismo Cultural, Patrimônio Histórico, Turismo rural na agricultura familiar.
Fitoterápicos e Fitocosméticos	Óleos fixos; extratos vegetais; óleos essenciais; corantes; xampus; cremes; sabonetes; colônias; perfumes; batons; maquiagens; desodorantes; dentífrícos; óleos; talcos; sais; loções.
Fécula e Farinha de Mandioca	Na indústria alimentícia (farinha, bolachas, sopas, sobremesas, sagu e pão); na indústria de adesivos, indústria têxtil, fogos de artifícios, fabricação de fósforos, dextrinas, malto dextrinas, indústria de papel, embalagens biodegradáveis, fundição de metais e indústria de madeira (compensados); na indústria farmacêutica utilizado nas massas dos comprimidos e em creme dental; e ainda na perfuração de poços petrolíferos.
Produção de Pescado	O pirarucu (<i>Arapaima gigas</i>), o tambaqui (<i>Colossoma macropomum</i>), o matrinxã (<i>Brycon</i> spp.), o curimatã (<i>Prochilodus nigricans</i>), o jaraqui (<i>Semaprochilodus</i> spp.), a pirapitinga (<i>Piaractus brachypomus</i>), o pacu (<i>Colossoma mitrei</i>) e o tucunaré (<i>Cichla ocellares</i>); filé de peixe; empanados; salgados; bacalhau, etc.
Polpas, Extrato. e Concentrados de frutas	Guaraná, cupuaçu, açaí, pupunha, abacaxi entre outros.
Madeira, Móveis e Artefatos	Móveis em estilo colonial e popular (estantes, vitrines, prateleiras, armários, etc), para sala de jantar, dormitório, copa, cozinha, piscina e varanda; móveis industriais (gabinetes de eletroeletrônicos, caixas acústicas, máquinas de costura, relógios de parede e uma série de artefatos de madeira), objetos de decoração e pequenos objetos.

Tabela 8: Produtos, Serviços Potenciais definidos nos APL'S do Estado do Amazonas.

Fonte: SEPLAN/DDR/NEAPL (informações retiradas dos planos de desenvolvimento preliminar de cada segmento).

4.5 MODELO DE AGLOMERAÇÃO EM CONDOMÍNIOS EMPRESARIAIS E A REALIDADE AMAZONENSE NO APROVEITAMENTO DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS.

O Modelo de Aglomeração Empresarial proposto para abraçar os pequenos negócios locais conta com o apoio de uma rede de órgãos da esfera Estadual, Federal como SEPLAN, CIAMA e SUFRAMA do SEBRAE.

O DIMPE Demandou investimentos de R\$ 14 milhões, e oferece infraestrutura de apoio para facilitar o desenvolvimento das micro e pequenas empresas tornando mais acessível às oportunidades de negócios, mercado, crédito e capitalização, legislação ambiental e pesquisas técnicas.

Graças a esse apoio que hoje, as MPE's podem contar com financiamento de vários Bancos e Agências de Fomento, tanto as do Estado, quanto as nacionais e com a ajuda de várias Instituições Municipais, Estaduais e Federais. São elas:

Governo Estadual / Municipal

- ✓ Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico - SEPLAN; Secretaria de Estado da Produção Rural - SEPROR; Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia - SECT e vinculadas; Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM; Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS e vinculadas; Secretaria de Estado do Trabalho - SETRAB; Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas - IDAM; Universidade do Estado do Amazonas - UEA;

Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas - IPAAM; Instituto de Pesos e Medidas do Amazonas - IPEM; Agência de Desenvolvimento Sustentável - ADS; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Local - SEMDEL/Prefeitura Municipal de Manaus – PMM, Associação Amazonenses de Municípios - AAM.

Governo Federal

- ✓ Superintendência do Desenvolvimento da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA; Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias - EMBRAPA; Universidade Federal do Amazonas - UFAM; Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA; Delegacia Federal da Agricultura no Amazonas/Ministério da Agricultura e do Abastecimento - DFA/AM; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

Sistema S

- ✓ Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas do Amazonas SEBRAE/AM; Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo/Organização das Cooperativas Brasileiras SESCOOP/OCB; Serviço Social da Indústria SESI / Instituto Euvaldo Lodi - IEL.

Instituições financeiras

- ✓ Banco da Amazônia; Agência de Fomento do Estado do Amazonas - AFEAM; Banco do Brasil - BB; Caixa Econômica Federal - CEF.

Setor empresarial

- ✓ Federação das Indústrias do Estado do Amazonas - FIEAM; Centro da Indústria do Estado do Amazonas - CIEAM.

Por isso que por conta desse incentivo todo é que a representatividade dos pequenos negócios para a economia do país cresce ano após ano e no Estado do Amazonas podemos conhecer isso, através das recentes pesquisas realizadas pelo IBGE em 2004, conclui sobre a realidade amazonense para os pequenos empreendimentos, são:

Representatividade dos pequenos negócios no AMAZONAS

- ✓ 166.099 Negócios Informais
- ✓ 36.292 Negócios Formais

Fonte: IBGE: Economia Informal – 2008

A importância das MPE`s na economia do Estado

- ✓ 99 % do número de empresas;
- ✓ 60 % da oferta de emprego;
- ✓ 20 % do PIB;
- ✓ 1 % de exportações.

Fonte: SEBRAE/AM 2008

CONCLUSÃO

Com tudo que foi coletado, investigado, entrevistado e visitado, conclui-se que a hipótese sobre que os Distritos Industriais de Pequenas e Médias Empresas aglomeram um conjunto de empresas de pequeno e médio porte num determinado espaço geográfico e as proporcionam com a ajuda do Governo ou iniciativa privada, aparatos tecnológicos para a produção, divulgação e comercialização de seus produtos acabados, dando-lhes excelentes padrões de competitividade a nível local, regional, nacional e até internacional pode ser testada e comprovada pelos argumentos exposto dentro do corpo deste trabalho dissertativo.

Além disso, os dados amostrais que consolidaram na formulação das respostas ao problema proposto que eram os de pesquisar, quais as vantagens para as pequenas e médias empresas de pelo menos três segmentos diferentes estarem aglomeradas em Distritos Industriais do tipo condomínio empresarial? Foram respondidos com êxito, graças as coletas das informações que pode constatar o sucesso que é a implementação do Modelo de Condomínios Empresariais devido a geração dos 350 Empregos Diretos no Início das Atividades do DIMPE, em 2009, de acordo com informações dos gerentes do condomínio empresarial que foram entrevistados.

Com tudo, também foram gerados 1.050 Empregos Indiretos decorrentes dos serviços indiretos gerados com: Transporte, Condomínio, Segurança, Manutenção, alimentação que ajudaram na consolidação do processo de geração de emprego e renda decorrente das cadeias produtivas dos segmentos empresariais existentes no DIMPE.

Por isso, a aposta nesse tipo de modelo como condomínio empresarial, mostrou que pode ser capaz de aumentar o beneficiamento da produção local, no

que diz respeito à produção e a oferta dos Produtos regionais, como por exemplo, a matéria-prima oriunda da própria Região, consolidação e desenvolvimento do segmento madeira móveis fortificando o seu APL, consolidação e desenvolvimento do segmento fito fármacos e fito cosméticos fortificando o seu APL, além de também Desenvolver tecnologias que agreguem maior crescimento e aproveitamento aos recursos naturais renováveis, garantindo a manutenção das premissas da sustentabilidade: Viabilidade econômica estando ecologicamente correto, traduzido pela equidade e distribuição dos seus ativos sociais.

Não obstante de novas pesquisas sobre a questão de novos modelos para o desenvolvimento do Amazonas, fica para as próximas pesquisas as informações contida neste trabalho de pesquisa, que elas possam ter um teor de originalidade para os leitores que se interessam pelas mudanças no quadro desenvolvimentista da Região Amazônica, em especial o Estado do Amazonas. Esperamos que novos empreendimentos como o modelo do DIMPE sejam cogitados para os vários municípios do Estado onde foram identificados Arranjos Produtivos com potencialidades de mercado local, regional, nacional e internacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBAGLI, S; MACIEL, M. L. **Capital social e desenvolvimento local**. In CASSIOLATO, José Eduardo et al. (Orgs). **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

BAGNASCO, Arnaldo (1999). “**Desenvolvimento regional, sociedade local e economia difusa**”. In: Urani, André et al. (orgs.) **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos**. Rio de Janeiro: DP&A.

BECATTINI, G. “**Italian Industrial Districts: Problems and Perspectives**”, International Studies of Management and Organization, Vol.21, No.1, 1991, p83-90.

BENNET, H. “**Lean and Mean: The Changing Landscape of Corporate Power in the Age of Flexibility**”, USA: Basic Books, 1994.

BUARQUE, Sérgio C.. *Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável*. Brasília. 1999.

CANDIDO, G.A.; ABREU, A.F. “**Aglomerados Industriais de Pequenas e Médias Empresas como Mecanismo para Promoção de Desenvolvimento Regional**”, Revista Eletrônica de Administração, edição 18, v.6, nº6, Dezembro de 2000.

CASAROTTO FILHO, N.; PIRES, L.H. “**Redes de Pequenas e médias empresas e desenvolvimento local: estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana**”, São Paulo: Atlas, 1998.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. & SZAPIRO, M. *Arranjos e Sistemas Produtivos Locais e Proposições de Políticas de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico*. Rio de Janeiro: UFRJ/IE, 2000. (Nota técnica, 27/2000).

COURLET, Claude. **Novas dinâmicas de desenvolvimento e sistemas industriais localizados (SIL's)**. Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p.80-95, 1993.

DEI OTTATI, G. “**The Economic Bases of Diffuse Industrialization**”, International Studies of Management and Organization, Vol.21, No.1, 1991, p53-74.

DOSI, G. *Technical change and industrial transformation: the theory and an application to the semiconductor industry*. London: Macmillan, 1984.

FINGLETON, B. (2003) ‘Externalities, Economic Geography and Spatial Econometrics : Conceptual And Modeling Developments’, International Regional Science Review, 26, 2 197-207

FUJITA, M.; KRUGMAN, P.; VENABLES, A. **Economia espacial**. São Paulo: Futura, 2002.

GALVÃO, A. P.; COCCO, Giuseppe. **Desenvolvimento local e espaço público: questões para a realidade brasileira**. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br>>. Acesso em: 19 dez. 2010.

GEREFFI, Gary. International trade and industrial upgrading in the apparel commodity chain. **Journal of International Economics**, n. 48, p. 37-70, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GRAY, H. P.; DUNNING, J. H. Towards a theory of regional policy. In: DUNNING, J.H. (Ed.). *Regions, globalization, and the knowledge-based economy*. Oxford: Oxford UP, 2000.

HADDAD, P.R. *Cluster e desenvolvimento endógeno*. Belo Horizonte. UFMG, 2003.

HUMPHREY, J. "**Industrial Organization and Manufacturing Competitiveness in Developing Countries**", *Introduction*, World Development 23(1), 1995, p.1-7.

JOYAL, A (2004). **Desenvolvimento Local e o Papel das Pequenas e Médias Empresas**, Barueri, SP, Manole. 2004.

KAPLINSKY, Raphael; MORRIS, Mike. **A handbook for value chain research**. Prepared for International Development Research Centre [www.idrc.ca], 2003.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1993.

LASTRES, H. M. M., CASSIOLATO, J. E., LEMOS, C., MALDONADO, J. e VARGAS, M. A. "Globalização e inovação localizada". In CASSIOLATO, J. E. e LASTRES, H. M. M. (eds.) *Globalização e Inovação Localizada - Experiências de Sistemas Locais no Mercosul*. Brasília: IEL/IBICT, 1999.

_____. *Interagir para competir: promoção de arranjos produtivos e inovativos no Brasil*. Brasília: SEBRAE: FINEP: CNPq, 2002.

LEMONS, C. *Inovação para arranjos e sistemas produtivos de MPME*. In: LASTRES, H. M. M. et al. *Interagir para competir: promoção de arranjos produtivos e inovativos no Brasil*. Brasília: SEBRAE: FINEP: CNPq, 2002.

MARSHALL, A (1890). **Principles of Economics: An Introductory volume, traduzido em Princípios de Economia: tratado introdutório**, São Paulo, SP, Abril Cultural, 1982.

MASKELL, Peter & Malmberg, Anders, 1999. "**Localised Learning and Industrial Competitiveness**," *Cambridge Journal of Economics*, Oxford University Press, vol. 23(2), pages 167-85, March.

MELO, Ricardo Lacerda; HANSEN, Dean Lee (Orgs.). *Desenvolvimento Regional e Local*. Novas e velhas questões. Aracaju: Editora UFS, 2007.

NORONHA, Marconde Carvalho de: Arranjos produtivos locais no estado do Amazonas: uma análise dos esforços do setor público na sua implementação / Marconde Carvalho de Noronha. - Manaus: UFAM, 2008. (Dissertação de Mestrado).

OLIVEIRA, (1976). **Considerações sobre a Implantação de Distritos Industriais**, Revista Brasileira de Geografia, ano 38, nº4, p. 22-69, out/dez, Rio de Janeiro.

PEREZ, C.; SOETE, L. (1988) Catching up in technology: entry barriers and windows of opportunity. In: DOSI, G.; FREEMAN, C.; NELSON, R.; et al. (eds). *Technical change and economic theory*. London: Pinter, p. 458-479.

PERROUX, François (1967). A economia do século XX. Lisboa, Herder.

PORTER, M.E. "**Competição: estratégias competitivas essenciais**", Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RICHARDSON, H. (1975) *Economia Regional: teoria da localização, estrutura urbana e crescimento regional*, Zahar, Rio de Janeiro.

STEINLE, C., SCHIELE, H. "**When do industries cluster? A proposal on how to assess an industry's propensity to concentrate at a single region or nation**", Research Policy 31(6), Agosto 2002, p.849-858

STORPER, M.; WALKER, R. **The capitalist imperative: territory, technology, and industrial growth**. New York: Basil Blackwell, 1989.

TOLEDO, G.L.; VALDÉS, J.A.; POLLERO, A.C. "**Configuración del Turismo en el Ambiente Globalizado. Estudio de casos de Clusters Tuísticos**", Turismo em Análise 13 (1), São Paulo maio 2002, p.90-104.

VENABLES, A.J., 1996, Equilibrium locations of vertically linked industries, International Economic Review, forthcoming.

ANEXOS



Foto tirada pelo próprio autor de cima da caixa d'água, mostrando o perfil do DIMPE.
EM: 17/11/2011.



Foto tirada pelo próprio autor de cima da caixa d'água, mostrando o perfil do DIMPE.
EM: 17/11/2011.